

# Prestação de Contas Simplificada

## 2002

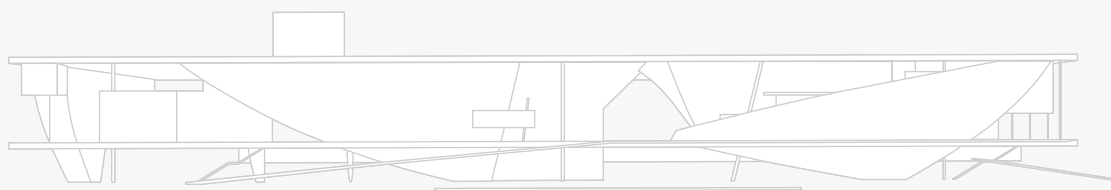
projeto de Christian Portzamparc para a Cidade da Música



Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

# Prestação de Contas Simplificada

## 2002



<b>Apresentação</b>	<b>5</b>
<b>Destaques do Período</b>	<b>6</b>
Receitas	6
Despesas	7
Superávit / Déficit Orçamentário	7
Diagrama da Execução Orçamentária	8
<b>Origens e Comprometimentos de Recursos Orçamentários</b>	<b>9</b>
De onde o dinheiro vem?	10
Para onde o dinheiro vai?	11
Demonstrativos de Origens e Comprometimentos de Recursos	12
Superávit / Déficit Orçamentário	13
<b>Da Receita Orçamentária</b>	<b>15</b>
Receita Prevista X Receita Arrecadada	15
Execução Orçamentária da Receita	16
Composição da Receita Tributária e das Transferências Correntes	18
Comportamento da Arrecadação do ISS	19
Comportamento da Arrecadação do IPTU	19
Comportamento da Cota Parte do ICMS	20
Evolução das Receitas Correntes	21
Evolução das Receitas de Capital	21
<b>Da Despesa Orçamentária</b>	<b>22</b>
Despesa Orçada X Despesa Realizada	22
Execução Orçamentária da Despesa	23
Composição e Evolução da Despesa Corrente	24
Composição e Evolução da Despesa de Capital	25
Despesa por Órgão	26
Despesa por Função de Governo	27
Composição	28
Evolução Anual	29
Participação Percentual	30
Aplicação de Recursos de Programas de Trabalho – Administração Direta e Indireta	31
<b>Limites Máximos e Mínimos Previstos na Legislação</b>	<b>32</b>
Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – 2002	32
Aplicações em Ações e Serviços Públicos de Saúde – 2002	33
Despesa com Pessoal – 2002	34
<b>Demonstrativos Contábeis</b>	<b>35</b>
Balanço Orçamentário	36
Balanço Financeiro	38
Balanço Patrimonial	39
Metas Fiscais	40
Demonstrativo Resumido da Receita Corrente Líquida – 2001 e 2002	40
Resultado Primário – 2001 e 2002	41
Resultado da Execução Orçamentária	42
Evolução dos Gastos com Amortização, Juros e Encargos da Dívida	43
<b>Disponibilidades</b>	<b>44</b>
<b>Considerações Finais</b>	<b>45</b>
<b>Equipe de Elaboração</b>	<b>49</b>

## Prestação de Contas Simplificada – Exercício de 2002

A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro vem se empenhando para aprimorar continuamente os programas e atividades desenvolvidos pela instituição como um todo. Suas atividades meio e fim, contribuem mutuamente para o desenvolvimento e a prosperidade de nossa municipalidade. Por meio da diversificação das formas de disseminação das contas públicas municipais, se demonstra todo o esforço em promover a transparência da gestão pública responsável, em atender os preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, e, principalmente, prestar contas ao contribuinte.

Coerentemente com a defesa que se faz da necessidade de transparência no setor público e em atendimento a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro – art. 97, o qual determina que as contas do Município fiquem anualmente à disposição de qualquer contribuinte para exame e apreciação, a Prefeitura do Rio de Janeiro considera indispensável demonstrar em que se constituem e como se desdobram suas próprias atividades, numa Prestação de Contas Simplificada.

A Prestação de Contas Simplificada enfatiza a necessidade do sistema de controle assumir seu papel social, fornecendo informações gerenciais claras, objetivas e adequadas às necessidades do cidadão, promovendo assim a qualidade e o entendimento das informações prestadas.

Este relatório contém características especiais, pois inclui a movimentação e transações sob o comando da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Objetivando a transparência da gestão pública municipal, e utilizando dados extraídos do seu Sistema de Informações Gerenciais – SIG, a Controladoria Geral do Município – CGM demonstra de forma simples de onde vêm e como são utilizados os recursos públicos da Cidade do Rio de Janeiro e que tipos de ações e contribuições oferecem à sociedade. Os dados apresentados referem-se aos exercícios de 1998 a 2002. Sob esse aspecto, é fundamental a apresentação de alguns destaques que evidenciem a situação econômica, patrimonial e financeira do Município do Rio de Janeiro.

O exercício de 2002 da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro apresenta algumas peculiaridades no que diz respeito à execução orçamentária. A partir deste exercício, o orçamento do Município passou a tratar a Prefeitura como um todo, não havendo mais, a exemplo do que já ocorria em outras esferas de governo, a execução orçamentária para as transferências intragovernamentais. Foram alteradas ainda as estruturas das codificações da classificação funcional-programática e das naturezas de despesas (em obediência à Portaria nº 42 da Secretaria de Orçamento Federal e à Portaria Interministerial nº 163 da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal, respectivamente).

Com estas observações, enfatizamos o aspecto da prática efetiva do “accountability”, que decorre da obrigatoriedade de prestação de contas, sendo dever dos governos identificar o custo integral de suas ações – incluindo todos os gastos aplicados nas ações do Governo. Não basta transformar o orçamento em um instrumento transparente, quando discutido, de modo legítimo, com a participação da sociedade, se a prestação de contas ao cidadão não for um documento simples e de fácil compreensão.

As informações deste volume também estão disponíveis na página oficial da Controladoria Geral em: <http://www.rio.rj.gov.br/cgm/prestacaocontas/index.htm>

### RECEITAS

- Considerando que a inflação no período de janeiro a dezembro de 2002, apurada pelo IPCA-E (índice de preços ao consumidor amplo especial), medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, alcançou o patamar de 11,99% no Brasil e 12,17% na região metropolitana do Rio de Janeiro, constata-se que o incremento da arrecadação municipal superou a inflação do período. Foi adotado o IPCA-E como parâmetro em virtude deste índice servir de referência para os tributos municipais e contratos firmados pela Prefeitura.

Este aumento foi resultado do incremento, tanto das receitas correntes, que cresceram 13,43%, onde os Rendimentos de Títulos Públicos Federais representaram MR\$ 355.095, o ISS com aumento nominal de MR\$ 86.382, o IPTU aumentando em MR\$ 79.735, as Transferências da União crescendo em MR\$ 75.094 e na Administração Indireta as Receitas Patrimoniais crescendo no patamar de MR\$ 121.745. Quanto das receitas de capital, que aumentaram 115,92%, houve basicamente um significado, o resgate dos Títulos de Créditos adquiridos do Governo do Estado do RJ sobre os Royalties do petróleo, no valor de MR\$ 150.000.

- A Receita Total acumulada até dezembro de 2002 foi MR\$ 6.336.107; comparada com o mesmo período em 2001, apresentou um incremento nominal de MR\$ 867.912, ou seja, 15,87%.
- As Receitas Correntes da Administração Direta do Município corresponderam a 83% do total, cabendo 4% às Receitas de Capital. Coube à Administração Indireta a arrecadação dos 13% restantes.
- Dentro do grupamento de Receitas Correntes, cabe destacar a participação da Receita Tributária, que correspondeu a 33% da Receita Total e 41% da Receita Corrente. Outro destaque foi as Transferências Correntes, que corresponderam a 39% da Receita Total e 46 % da Receita Corrente.
- A Receita Tributária apresentou em 2002 um acréscimo de 11,16% em relação a 2001. Em moeda isto representou MR\$ 215.842.
- O ISS e o IPTU vêm se mantendo, ano após ano, na liderança das Receitas Tributárias (51% e 34% respectivamente em 2002). Destaca-se nas receitas a evolução do ISS, que vem participando significativamente desde 2000 em patamares percentuais de 12,35% e 8,46%, o que representa, em valores nominais, crescimentos de MR\$ 112.299 e MR\$ 86.382, respectivamente.
- As Transferências Correntes apresentaram um acréscimo de 7,73 % em relação ao ano de 2001.
- Devemos destacar entre as receitas, a de Capital. Esta obteve o maior aumento percentual, chegando a 137%. Em termos nominais os números são MR\$ 98.107 em 2001 e MR\$ 232.708 em 2002. Neste incremento, merece destaque a rubrica "Alienação de Títulos de Crédito", que não foi movimentada em 2001, enquanto em 2002 respondeu por uma movimentação no valor de R\$ 150 milhões, referentes ao resgate, junto a ANP, do valor principal dos títulos de crédito adquiridos do governo Estado do Rio de Janeiro referente aos direitos do Estado sobre os royalties do petróleo.
- De todas as Receitas arrecadadas em 2002, as fontes do Tesouro Municipal representaram 87,34% e outras fontes 12,66%.

## DESPESAS

---

- A Despesa Total Empenhada de MR\$6.415.051, no exercício de 2002, apresentou um acréscimo nominal de MR\$ 1.909.813, representando uma variação de 42,39% em relação ao exercício de 2001.
- Da Despesa Total em 2002, 84% foram Despesas Correntes e 16% Despesas de Capital.
- No tocante à Despesa de Capital, a parcela referente a Investimentos foi responsável por 66% dos gastos públicos.
- As funções de governo “Educação e Cultura”, “Saúde e Saneamento”, “Administração e Planejamento” e “Habitação e Urbanismo” representaram respectivamente, 27%, 20%, 18% e 17% do total da despesa.
- A aplicação dos recursos nos 192 Programas de Trabalho da Prefeitura, voltados para projetos, teve o total empenhado em 2002 de MR\$ 658.591.
- A despesa aplicada na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino alcançou 35,96 % do total da receita líquida resultante de impostos, atendendo ao disposto na Constituição Federal, contudo, se excluirmos os valores referentes aos inativos, o percentual retrocede à 26,37%, entretanto continuando a atender a aplicação mínima de 25%.
- A Despesa Total de Pessoal (Adm. Direta e Indireta) liquidada, atingiu 49,18% do total da Receita Corrente Líquida, estando dentro dos limites da Lei Complementar n.º 101/2000 (LRF), que fixa um patamar máximo de 60%. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, as despesas de pessoal do Poder Executivo Municipal incorridas nos últimos 12 meses não devem ultrapassar 54% da RCL, enquanto as do Poder Legislativo não devem ser superior a 6%.

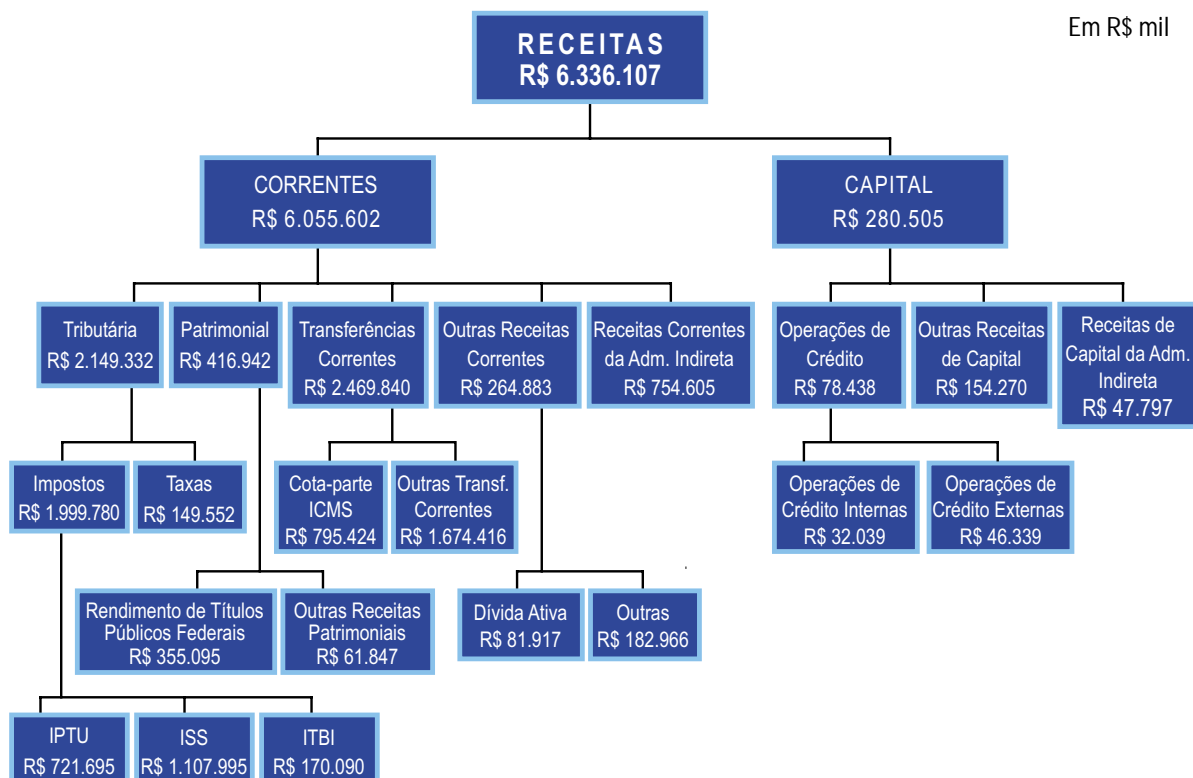
## SUPERÁVIT/DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO

---

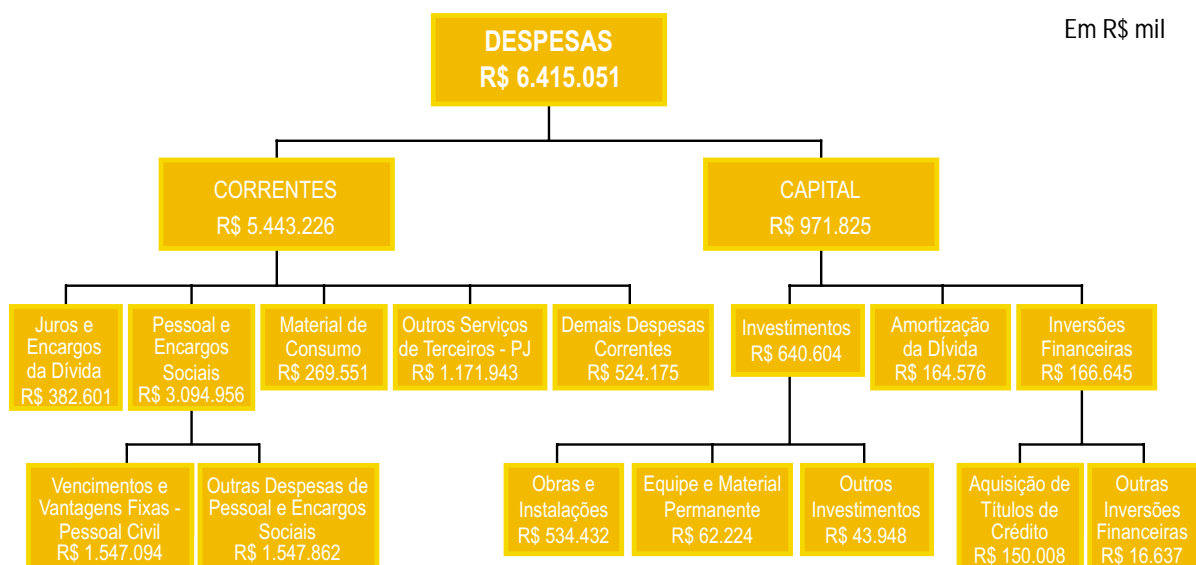
- Confrontando-se a despesa empenhada até dezembro/2002 (MR\$ 6.415.051) com a receita arrecadada no mesmo período (MR\$ 6.336.107), apuramos um déficit orçamentário de MR\$ 78.944. De 1998 até 2001, a Prefeitura vem acumulando superávits sucessivos. Entretanto cabe esclarecer que não é objetivo do poder público municipal apresentar superávits ao longo dos anos. A relação entre a Prefeitura e cidadão enfatiza que os recursos arrecadados da sociedade deverão retornar para a mesma. Dessa forma o déficit apurado em 2002 encontra-se amparado pelos superávits anteriores. A Prefeitura terminou o ano com uma disponibilidade de caixa de MR\$ 2.313.916, sendo deste total, MR\$ 1.134.036 do Regime Previdenciário, o que envolve tanto o FUNPREVI quanto o PREVI-RIO; e, os restantes MR\$ 1.179.880 de todos os outros órgãos da Prefeitura, incluindo o Tesouro.

## Diagrama da Execução Orçamentária da Receita em 2002 – Administração Direta e Indireta

A execução orçamentária apresentada foi apurada considerando os ingressos de natureza orçamentária e as despesas empenhadas pela Prefeitura, incluindo todos os órgãos da Administração Direta, fundações, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista no exercício de 2002.



## Diagrama da Execução Orçamentária da Despesa em 2002 – Administração Direta e Indireta

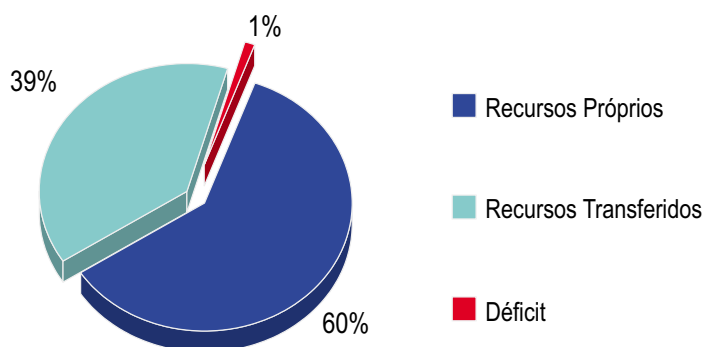


Nos gráficos a seguir é demonstrado, em percentuais, o comportamento das principais fontes de recursos do Município, bem como as aplicações efetuadas por função de governo. O grau de independência financeira do Município, ou seja, o quanto as receitas próprias representam do total da receita arrecadada, encontra-se na ordem de 60% em 2002. Esta mesma relação era de 56% no ano de 2001. O que significa que o Município se vale mais de suas próprias fontes do que da transferência de outras esferas de governo e credores.



## DE ONDE O DINHEIRO VEM ?

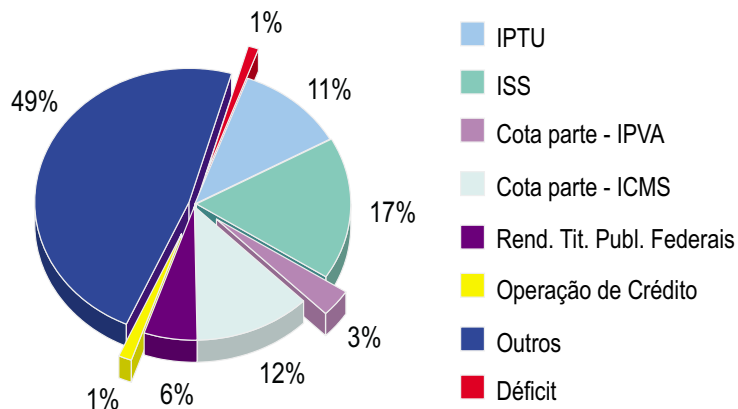
### RECEITA POR ORIGEM



Receita		
item	Valor	%
Recursos Próprios	3.860.638	60
Recursos Transferidos	2.475.469	39
Déficit Orçamentário	78.944	1
<b>Total</b>	<b>6.415.051</b>	<b>100</b>

Em R\$ mil

### RECEITA POR RUBRICA

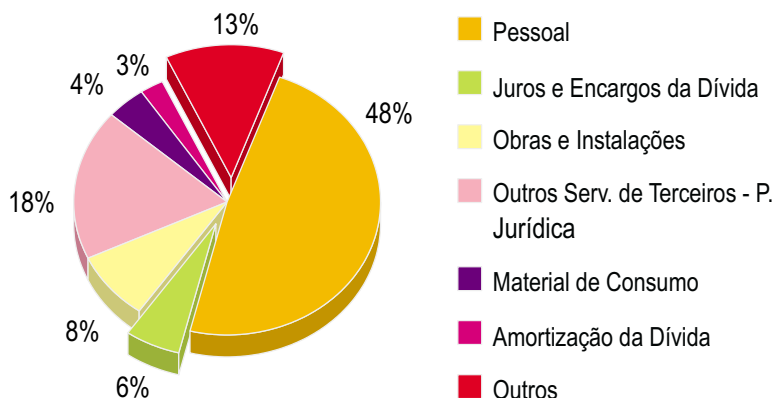


Receita		
item	Valor	%
IPTU	721.695	11
ISS	1.107.995	17
Cota parte - IPVA	215.260	3
Cota parte - ICMS	795.424	13
Rend. Tit. Publ. Federais	355.095	6
Operação de Crédito	78.438	1
Outros	3.062.200	48
Déficit Orçamentário	78.944	1
<b>Total</b>	<b>6.415.051</b>	<b>100</b>

Em R\$ mil

## PARA ONDE O DINHEIRO VAI?

### DESPESA POR NATUREZA



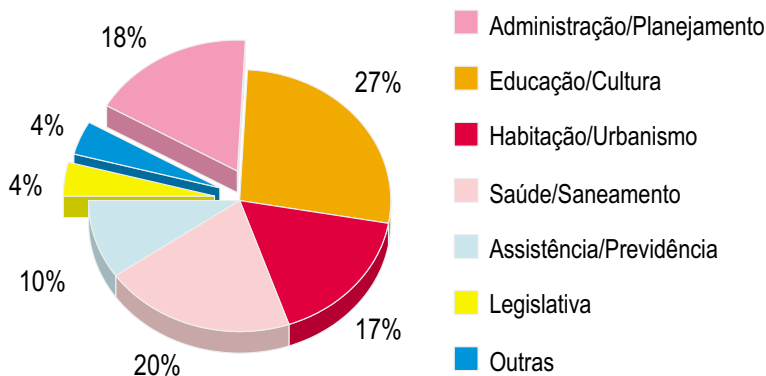
#### Despesa

item	Valor	%
Pessoal	3.094.956	48
Juros e Encargos da Dívida	382.601	6
Obras e Instalações	534.432	8
Outros Serv. de Terceiros - P. Jurídica	1.171.943	18
Material de Consumo	269.551	4
Amortização da Dívida	164.576	3
Outros	796.992	13

**Total** 6.415.051 100

Em R\$ mil

### DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO



#### Despesa

item	Valor	%
Administração/Planejamento	1.130.422	18
Educação/Cultura	1.718.780	27
Habitação/Urbanismo	1.091.129	17
Saúde/Saneamento	1.314.172	20
Assistência/Previdência	628.249	10
Legislativa	257.081	4
Outras	275.218	4

**Total** 6.415.051 100

Em R\$ mil

Nota: O conceito de despesa na Função Educação e Cultura não é o mesmo utilizado com "Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino" que pode ser acompanhado na página 32.

O quadro a seguir compara a Receita Arrecadada (Própria e Transferida) com a Despesa Empenhada no exercício de 2002, classificada segundo as Funções de Governo. As Funções representam as áreas de atuação do Governo na busca do desenvolvimento das políticas públicas estabelecidas na Lei de Orçamento indicando um maior nível de agregação de suas ações.

A Função de Governo com maior aplicação neste exercício foi "Educação e Cultura", com 27% do total, seguida por "Saúde e Saneamento", "Administração e Planejamento" e "Habitação e Urbanismo", respectivamente com 20%, 18% e 17% do total da despesa.

Deve-se esclarecer que é na função "Administração e Planejamento" que são classificados gastos gerais de custeio e manutenção, bem como encargos e amortização da Dívida Interna e Externa; gastos com Previdência Social de inativos e pensionistas, dentre outros.

<b>Receita Arrecadada</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
<b>Recursos Próprios</b>	<b>3.860.638</b>	<b>60</b>
<b>Receita Tributária</b>	<b>2.149.332</b>	<b>33</b>
IPTU	721.695	11
ISS	1.107.995	17
ITBI	170.090	3
Outras Receitas Tributárias	149.552	2
<b>Rend. Títulos Públicos Federais</b>	<b>355.095</b>	<b>6</b>
<b>Operações Crédito</b>	<b>78.438</b>	<b>1</b>
<b>Outras Recursos Próprios</b>	<b>1.277.773</b>	<b>20</b>
<b>Recursos Transferidos</b>	<b>2.475.469</b>	<b>39</b>
<b>Sistema Único de Saúde - SUS</b>	<b>611.549</b>	<b>10</b>
<b>FUNDEF</b>	<b>522.457</b>	<b>8</b>
<b>Cota-parte IPVA</b>	<b>215.260</b>	<b>3</b>
<b>Cota-parte ICMS</b>	<b>795.424</b>	<b>13</b>
<b>Outros Recursos Transferidos</b>	<b>330.779</b>	<b>5</b>
<b>Total da Receita</b>	<b>6.336.107</b>	<b>99</b>
<b>Déficit Orçamentário</b>	<b>78.944</b>	<b>1</b>
<b>Total Geral</b>	<b>6.415.051</b>	<b>100</b>

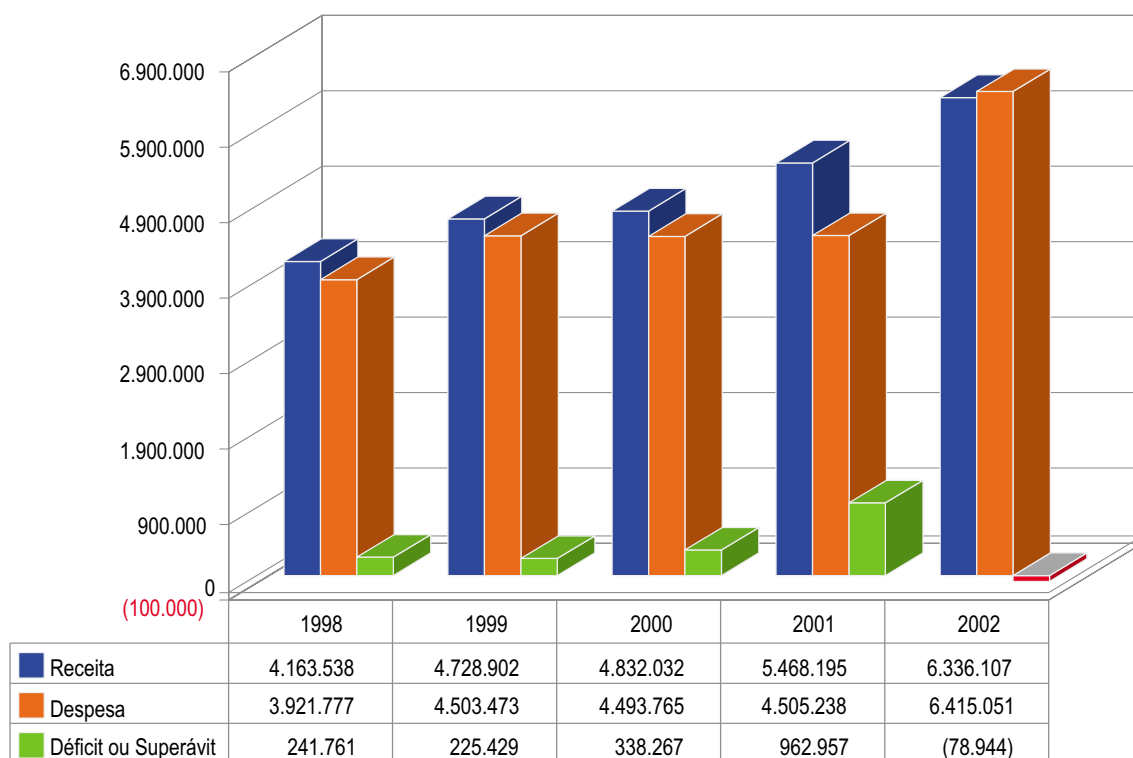
Em R\$ mil

<b>Despesa Realizada</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
<b>Educação e Cultura</b>	<b>1.718.780</b>	<b>27</b>
<b>Saúde e Saneamento</b>	<b>1.314.172</b>	<b>20</b>
<b>Administração e Planejamento</b>	<b>1.130.422</b>	<b>18</b>
<b>Habitação e Urbanismo</b>	<b>1.091.129</b>	<b>17</b>
<b>Assistência e Previdência</b>	<b>628.249</b>	<b>10</b>
<b>Legislativa</b>	<b>257.081</b>	<b>4</b>
<b>Outras Funções</b>	<b>275.218</b>	<b>4</b>
Transportes	70.003	1
Judiciária	27.125	0
Defesa Nacional e Segurança Pública	107.012	2
Indústria, Comércio e Serviços	65.524	1
Trabalho	5.554	0
<b>Total da Despesa</b>	<b>6.415.051</b>	<b>100</b>
<b>Superávit Orçamentário</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total Geral</b>	<b>6.415.051</b>	<b>100</b>

Em R\$ mil

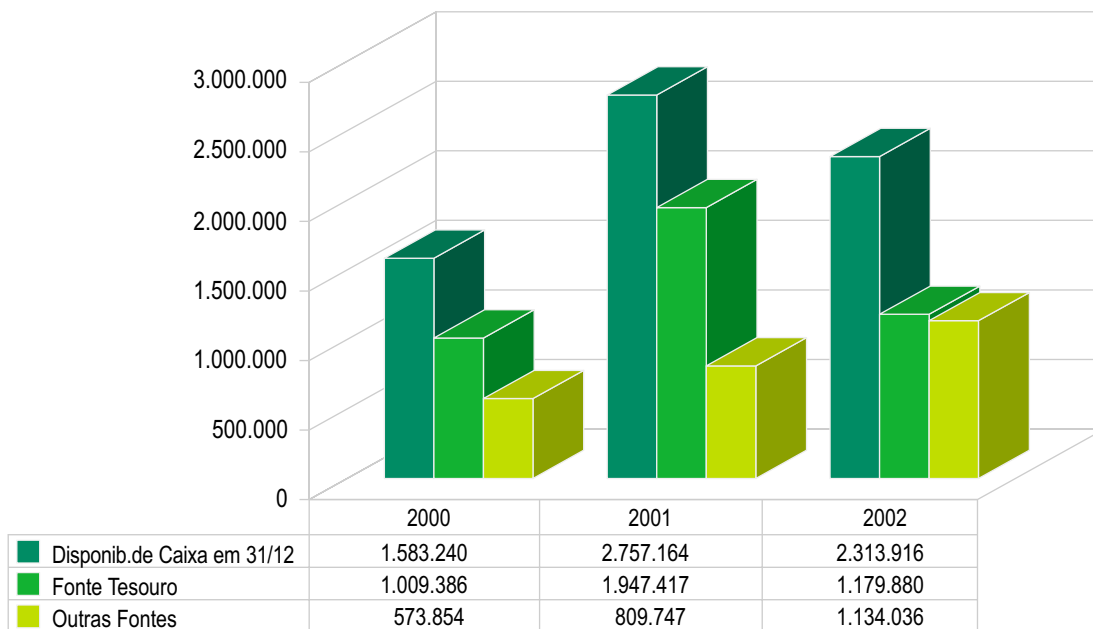
Confrontando-se a despesa empenhada até dezembro/2002 (MR\$ 6.415.051) com a receita arrecadada no mesmo período (MR\$ 6.336.107), apuramos um déficit orçamentário de MR\$ 78.944. De 1998 até 2001, a Prefeitura vem acumulando superávits sucessivos. Entretanto cabe esclarecer que não é objetivo do poder público municipal apresentar superávits ao longo dos anos. A relação entre a Prefeitura e cidadão enfatiza que os recursos arrecadados da sociedade deverão retornar para a mesma. Dessa forma o déficit apurado em 2002 encontra-se amparado pelos superávits anteriores. A Prefeitura terminou o ano com uma disponibilidade de caixa de MR\$ 2.313.916, sendo deste total, MR\$ 1.134.036 do Regime Previdenciário, o que envolve tanto o FUNPREVI quanto o PREVI-RIO; e, os restantes MR\$ 1.179.880 de todos os outros órgãos da Prefeitura, incluindo o Tesouro.

**EVOLUÇÃO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO**



Em R\$ mil

## EVOLUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA



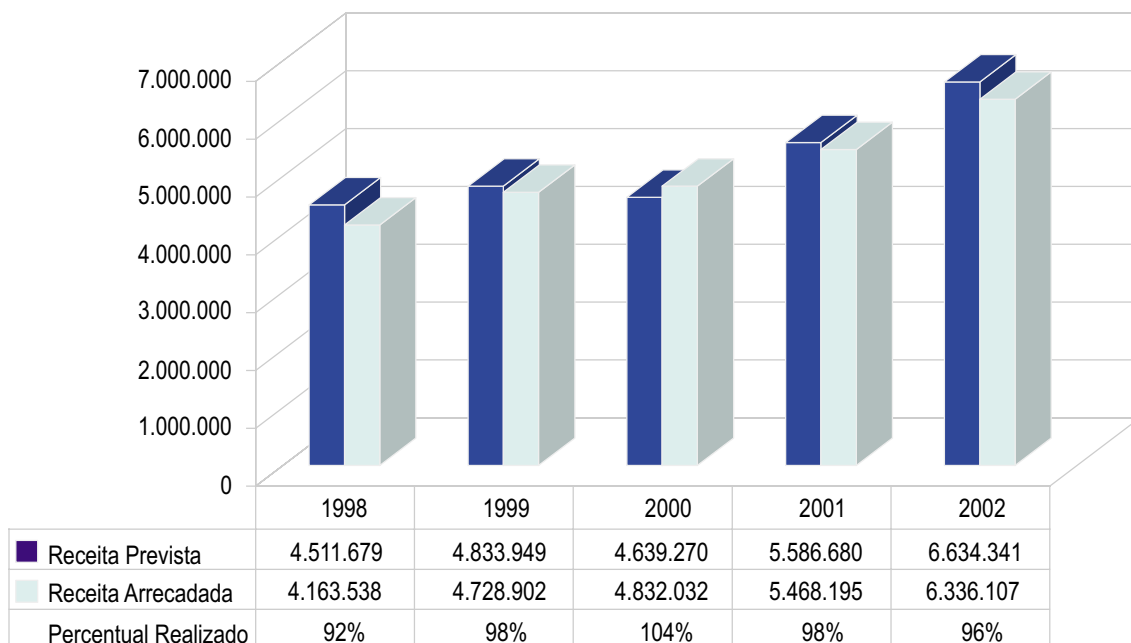
Em R\$ mil

O art. 11 da Lei Federal nº 4.320/64 estabelece a classificação da Receita Orçamentária nas categorias econômicas Receitas Correntes e Receitas de Capital.

São Receitas Correntes as receitas tributárias, patrimonial, transferências correntes e outras receitas correntes. São Receitas de Capital as provenientes de recursos oriundos das operações de crédito e outras receitas de capital.

A Receita Orçamentária Total, nos exercícios de 1998 a 2002 é apresentada no quadro abaixo. Podemos observar que em 2002 a receita realizada totalizou MR\$ 6.336.107, inferior em MR\$ 298.234 ao valor previsto de MR\$ 6.634.341, ou seja, (-) 4%.

### RECEITA PREVISTA X ARRECADADA



A Receita Total, no ano de 2002, alcançou MR\$ 6.336.107 que, comparada a 2001, apresentou um acréscimo nominal de MR\$ 867.912, ou seja, 15,87%. Este desempenho favorável teve como principal origem, em termos absolutos, o aumento de 6,74% nas Receita Correntes, destacando-se o incremento de MR\$ 177.174 (7,73%) em Transferências Correntes e MR\$ 215.842 (11,16%) em Receitas Tributárias.

Com relação à composição da Receita Tributária em 2002, observa-se um incremento de 11,16% em relação a 2001, basicamente devido ao aumento de IPTU, da ordem de 12,42% e de ISS, na ordem de 8,45%. Ainda dentro desta categoria, as Transferências da União tiveram um incremento de MR\$ 75.094, cerca de 9,31%.

Releva notar ainda que as Transferências da União representam 14% das Receitas Totais e as Transferências do Estado, 17%. Juntas equivalem a 31% das Receitas Totais e 37% das Receitas Correntes.

Em termos relativos, o maior aumento é verificado nas Receitas de Capital, da ordem de 137% , notadamente na categoria denominada "Outras Receitas de Capital" (englobando Alienação de Bens, Amortização de Empréstimos, Transferências de Capital, bem como a rubrica Outras Receitas de Capital propriamente dita).

A seguir é apresentada a execução da receita nos cinco últimos exercícios, bem como seus percentuais de participação. Da receita Total Arrecadada em 2002, as Receitas Correntes corresponderam a 83% enquanto que as Receitas de Capital a 4%. Coube à Administração Indireta os 13% restantes.

## EVOLUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

CATEGORIAS ECONÔMICAS	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>4.163.538</b>	<b>100</b>	<b>4.728.902</b>	<b>100</b>	<b>4.832.032</b>	<b>100</b>	<b>5.468.195</b>	<b>100</b>	<b>6.336.107</b>	<b>100</b>
<b>RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA</b>	<b>3.805.518</b>	<b>91</b>	<b>4.385.938</b>	<b>93</b>	<b>4.398.574</b>	<b>91</b>	<b>5.064.210</b>	<b>93</b>	<b>5.533.705</b>	<b>87</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>3.138.093</b>	<b>75</b>	<b>3.734.047</b>	<b>79</b>	<b>4.245.902</b>	<b>88</b>	<b>4.966.102</b>	<b>91</b>	<b>5.300.997</b>	<b>83</b>
Receita Tributária	1.580.324	38	1.647.949	36	1.770.129	37	1.933.490	35	2.149.332	33
Impostos	1.302.603	31	1.510.036	33	1.636.469	34	1.796.721	33	1.999.780	31
IPTU	443.112	11	594.117	13	596.290	12	641.960	12	721.695	11
ISS	758.049	18	796.807	17	909.314	19	1.021.613	19	1.107.995	17
ITBI	101.124	2	118.914	3	130.750	3	133.103	2	170.090	3
IVVC	318	0	198	0	115	0	45	0	-	-
Taxas	277.721	7	137.913	3	133.660	3	136.769	2	149.552	2
Receita Patrimonial	138.327	3	187.689	4	103.721	2	511.513	9	416.942	7
Renda de Aplicações Financeiras	127.699	3	178.194	4	87.003	2	485.832	9	31.868	1
Rendimentos de Títulos Públicos Federais	-	-	-	-	-	-	-	-	355.095	6
Outras Receitas Patrimoniais	10.628	0	9.495	0	16.718	0	25.681	0	29.979	0
Transferências Correntes	1.214.046	29	1.689.612	35	2.108.388	44	2.292.666	43	2.469.840	39
da União	147.363	3	542.805	11	765.645	16	806.556	15	881.650	14
do Estado	890.572	21	752.683	15	901.479	19	998.982	19	1.053.402	17
Cota-Parte ICMS	551.354	13	627.781	13	709.306	15	768.985	14	795.424	13
Cota-Parte IPVA	115.766	3	117.699	2	164.134	3	192.719	4	215.260	3
Outros	223.452	5	7.203	0	28.039	1	37.278	1	42.718	1
de Convênios	68.577	2	37.403	1	17.780	0	16.061	0	12.331	0
Outras Transferências Correntes	107.534	3	356.721	8	423.484	9	471.067	9	522.457	8
Outras Receitas Correntes	205.396	5	208.797	4	263.664	5	228.433	4	264.883	4
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>667.425</b>	<b>16</b>	<b>651.891</b>	<b>14</b>	<b>152.672</b>	<b>3</b>	<b>98.108</b>	<b>2</b>	<b>232.708</b>	<b>4</b>
Operações de Crédito	665.355	16	650.913	14	145.389	3	93.308	2	78.438	2
Títulos do Tesouro Municipal	536.571	13	320.481	7	-	-	-	-	-	-
Outras Operações de Créditos Internas	42.032	1	271.851	6	48.735	1	29.277	1	32.039	1
Operações de Crédito Externas	86.752	2	58.581	1	96.654	2	64.031	1	46.399	1
Outras Receitas de Capital	2.070	0	978	0	7.283	0	4.800	0	154.270	2
<b>RECEITAS DA ADM. INDIRETA</b>	<b>358.020</b>	<b>9</b>	<b>342.966</b>	<b>7</b>	<b>433.458</b>	<b>9</b>	<b>403.985</b>	<b>7</b>	<b>802.402</b>	<b>13</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>305.294</b>	<b>8</b>	<b>274.922</b>	<b>6</b>	<b>352.650</b>	<b>7</b>	<b>372.183</b>	<b>6</b>	<b>754.605</b>	<b>12</b>
Receita de Contribuições	-	-	-	-	170.837	4	110.560	2	323.933	5
Receitas Patrimoniais	37.745	1	199.616	4	93.877	2	140.593	2	262.338	4
Receitas Industriais	-	-	-	-	-	-	3.805	0	5.522	0
Receita de Serviços	35.358	1	63.618	2	70.457	1	100.153	2	107.827	2
Transferências Correntes	-	-	1.420	0	2.206	0	1.724	0	1.816	0
Outras Receitas Correntes	232.191	6	10.268	0	15.273	0	15.348	0	53.169	1
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>52.726</b>	<b>1</b>	<b>68.044</b>	<b>1</b>	<b>80.808</b>	<b>2</b>	<b>31.802</b>	<b>1</b>	<b>47.797</b>	<b>1</b>
Alienação de Bens	-	-	-	-	3.425	0	1.704	0	787	0
Amortização de Empréstimo	52.726	1	68.044	1	77.383	2	30.098	1	47.010	1

Em R\$ mil

De forma consolidada, a maior variação ocorreu na rubrica de "Outras Receitas de Capital" em virtude do retorno de MR\$ 150.000 aos cofres municipais, referente ao resgate, junto a ANP, do valor principal dos títulos de crédito adquiridos do governo Estado do Rio de Janeiro relativos aos direitos do Estado sobre os royalties do petróleo.

Ainda dentro das Receitas de Capital podemos constatar que "Operações de Crédito Externas" tiveram uma redução nominal de MR\$ 17.632, pois o Município diminuiu a captação de recursos externos para manter sua máquina administrativa.

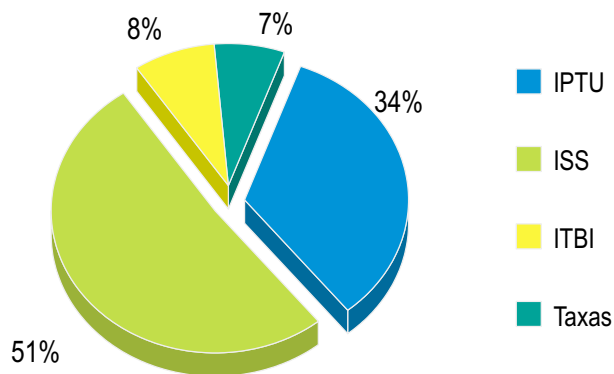
Já entre as receitas tributárias, destaca-se o ITBI que cresceu em patamar acima da inflação (27,79% contra 11,99% do IPCA-E).

É importante ressaltar que algumas rubricas de receita sofreram variação considerável, se compararmos, em valores absolutos, as arrecadações ocorridas em 2001 e 2002. A seguir apresentamos as variações ocorridas na receita.

Dentro do grupamento de Receitas Correntes cabe destacar a participação da Receita Tributária, que correspondeu a 33% da Receita Total e 41% da Receita Corrente, e das Transferências Correntes, que corresponderam a 39% da Receita Total e 46% da Receita Corrente, conforme demonstrado analiticamente nos quadros e gráficos a seguir:



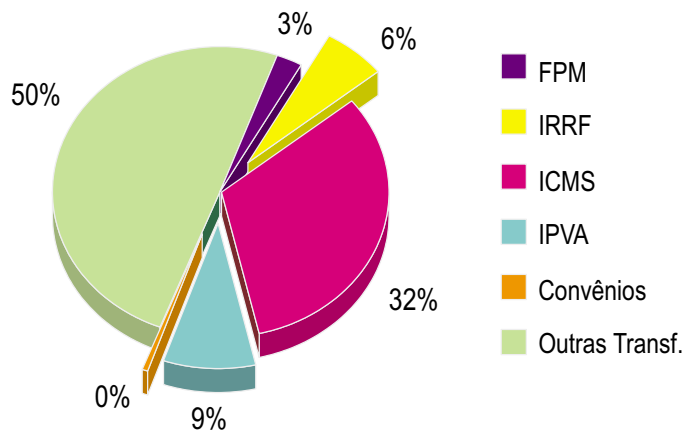
COMPOSIÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA EM 2002



Categoria Econômica	VALORES 2002		% PARTICIPAÇÃO NA RECEITA	
	Receita Realizada	Receita Tributária	Receita Corrente	Total
IPTU	721.695	34%	14%	11%
ISS	1.107.995	51%	21%	17%
ITBI	170.090	8%	3%	3%
Taxas	149.552	7%	3%	2%
<b>Receita Tributária</b>	<b>2.149.332</b>	<b>100%</b>	<b>41%</b>	<b>33%</b>
Receita Corrente	5.300.997			
<b>TOTAL</b>	<b>6.336.107</b>			

Em R\$ mil

COMPOSIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES EM 2002

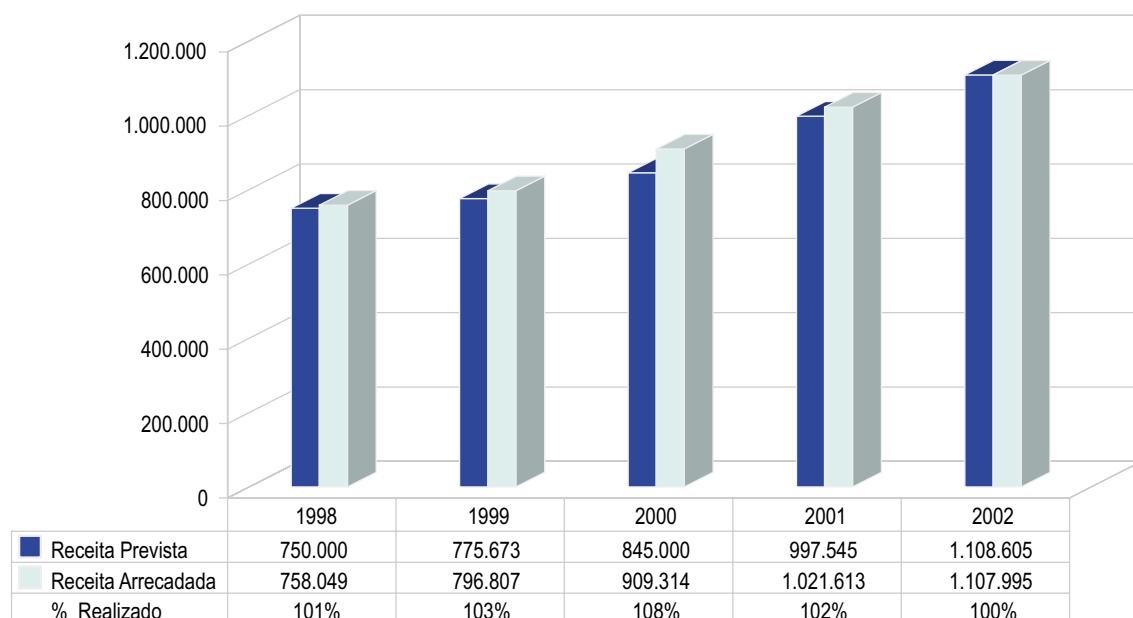


Categoria Econômica	VALORES 2002		% PARTICIPAÇÃO NA RECEITA	
	Receita Realizada	Transferências Corrente	Receita Corrente	Total
FPM	64.624	3%	1%	1%
IRRF	151.082	6%	3%	2%
ICMS	795.424	32%	15%	13%
IPVA	215.260	9%	4%	3%
Convênios	12.331	0%	0%	0%
Outras Transf.	1.231.119	50%	23%	20%
<b>Transf. Correntes</b>	<b>2.469.840</b>	<b>100%</b>	<b>46%</b>	<b>39%</b>
Receita Corrente	5.300.997			
<b>TOTAL</b>	<b>6.336.107</b>			

Em R\$ mil

Ao longo dos últimos cinco exercícios, a principal fonte para o Município com relação às Receitas Tributárias foi o ISS - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - que, conforme quadro anterior, representou em 2002, 17% do total da Receita Orçamentária e 52% da Receita Tributária. A evolução da arrecadação anual do ISS nos últimos cinco exercícios é apresentada no quadro a seguir:

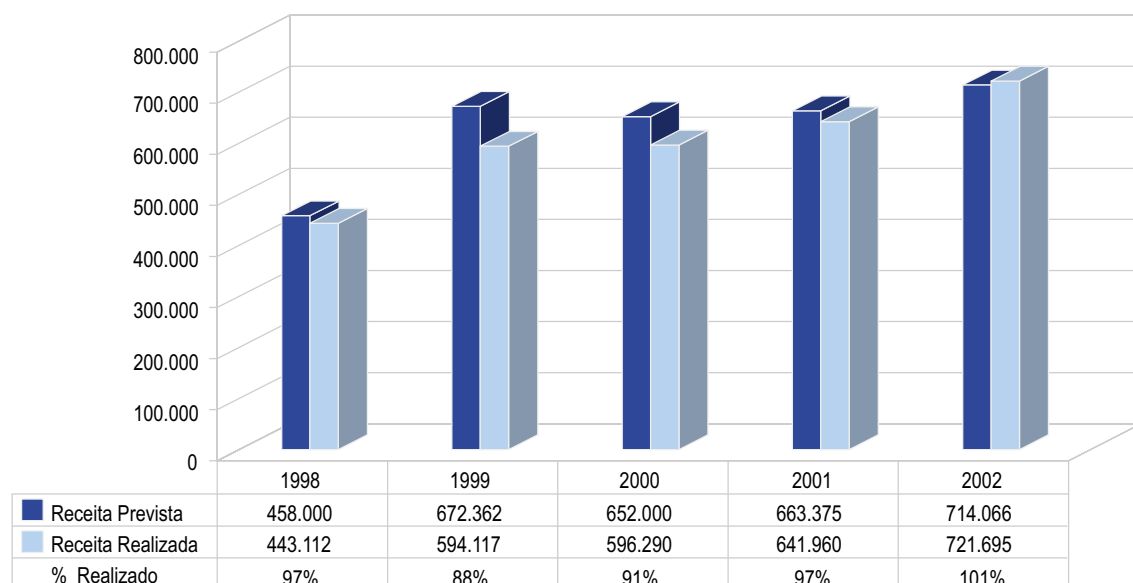
#### COMPORTAMENTO DA ARRECADAÇÃO DO ISS



Em R\$ mil

Ainda dentro das Receitas Tributárias, o IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano - despontou em 2002 como segunda maior fonte, representando 11% do total da Receita Orçamentária e 34% da Receita Tributária. O comportamento da arrecadação anual do IPTU nos últimos cinco exercícios é apresentada no quadro a seguir:

#### COMPORTAMENTO DA ARRECADAÇÃO DO IPTU

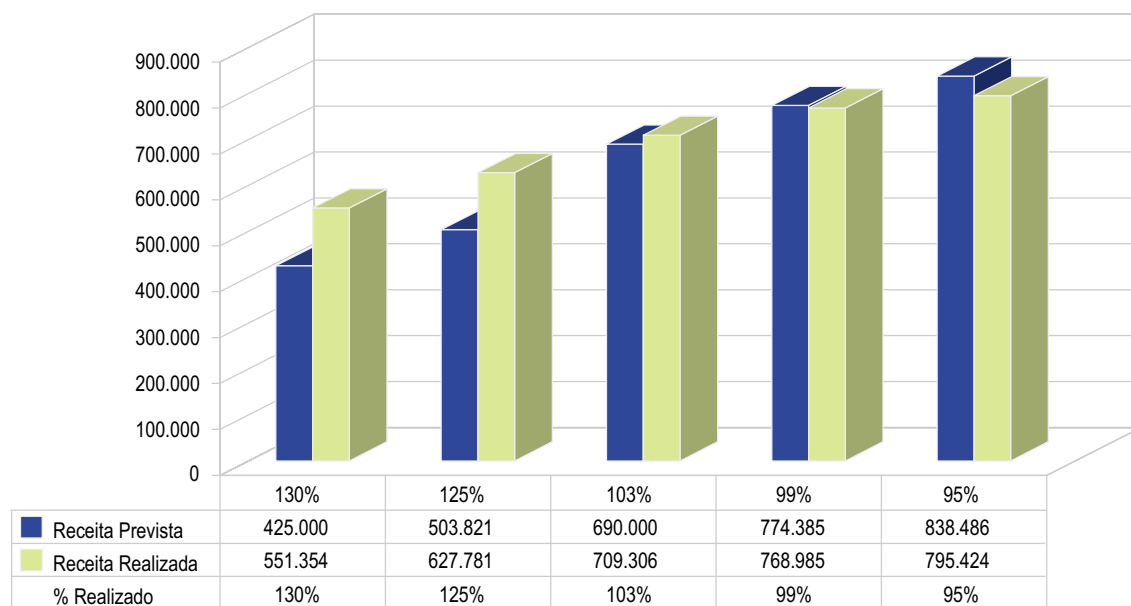


Em R\$ mil

Entre as transferências correntes, merece destaque a cota-parte do ICMS - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – que desponta como item mais representativo, correspondendo a 13% do total da Receita Orçamentária e 32% das Transferências Correntes.

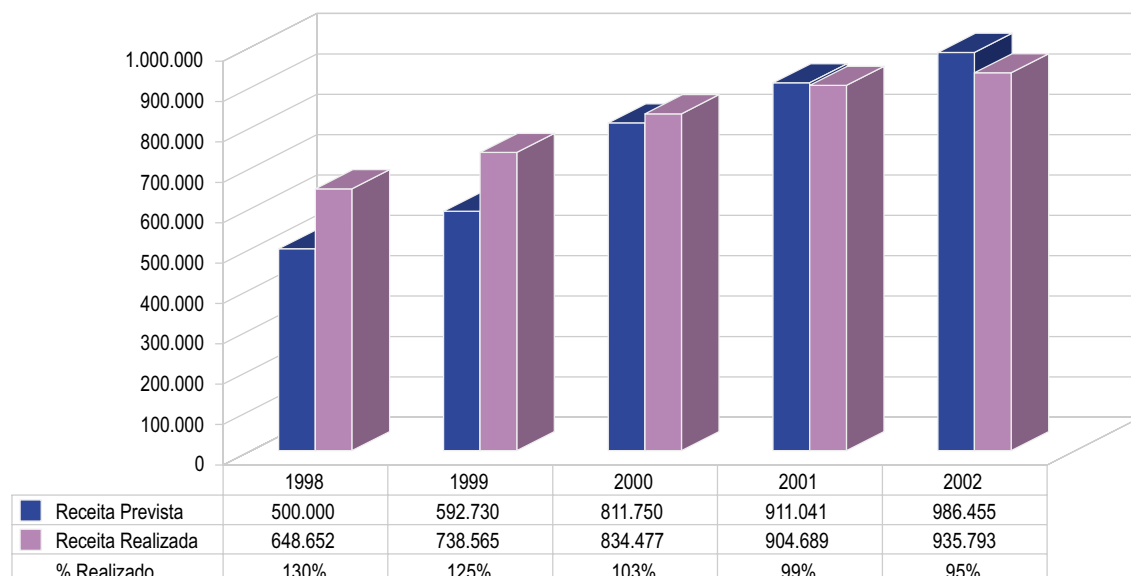
Deve-se esclarecer que foi instituída em 2002, a classificação DEDUÇÃO DA RECEITA, que tem como origem às retenções para o FUNDEF. Ocorre que até 2001 a demonstração do ICMS era baseada em valores brutos, ou seja, não se fazia o expurgo desta retenção. Dessa forma, para apresentarmos uma comparabilidade entre os últimos cinco anos, baseada nessa nova conceituação, foi necessário abatermos as retenções do FUNDEF, dos valores de 1998 a 2001. Apresentamos, ainda uma outra tabela com os valores integrais de cada ano.

#### COMPORTAMENTO DA COTA-PARTE DO ICMS – TABELA SOB O CONCEITO DE DEDUÇÃO



Em R\$ mil

#### COMPORTAMENTO DA COTA-PARTE DO ICMS– TABELA SOB O CONCEITO DE RECEITA BRUTA

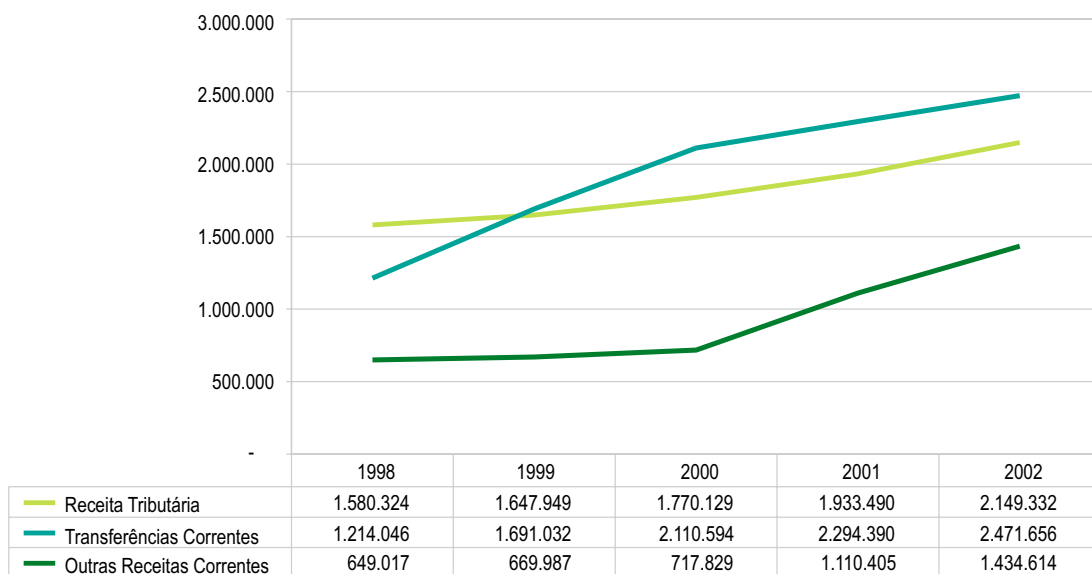


Abaixo, o gráfico das Receitas Correntes permite que o leitor facilmente verifique como foi o comportamento das receitas destacadas.

A evolução da Receita Tributária realizou-se em patamares quase constantes ao longo desses 5 anos (1998–2002), diferentemente do comportamento das Transferências Correntes, onde o grau de inclinação da reta é maior no período de 1998 a 2000 e mais suavizado nos anos de 2001 e 2002.

Com relação ao comportamento de Outras Receitas Correntes, o maior responsável pelo grande incremento ocorrido de 2000 a 2002 foram as Receitas Patrimoniais.

### EVOLUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES

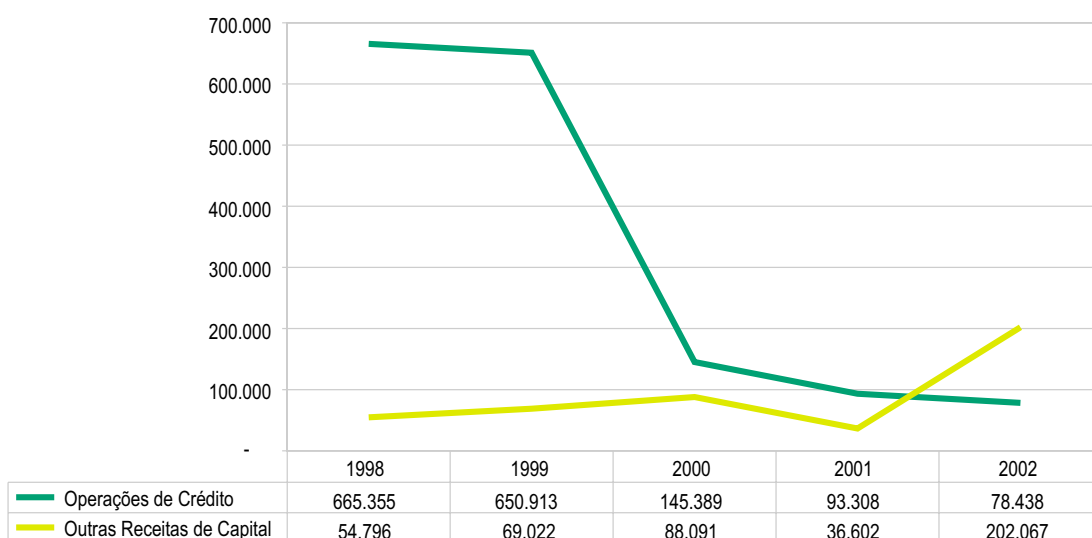


O gráfico a seguir apresenta a evolução de dois grupos de receita de Capital pelo fato dos demais grupos de receitas apresentarem valores individuais pequenos para serem demonstrados no gráfico.

O comportamento significativo apresentado pelas Operações de Crédito deve-se ao fato de não mais existir valores em Títulos do Tesouro Municipal.

Um outro ponto é o aumento ocorrido em Outras Receitas de Capital de 2001 para 2002. Tal fato se deve ao retorno dos MR\$ 150.000 concedidos ao Governo do Estado do RJ.

### EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DE CAPITAL



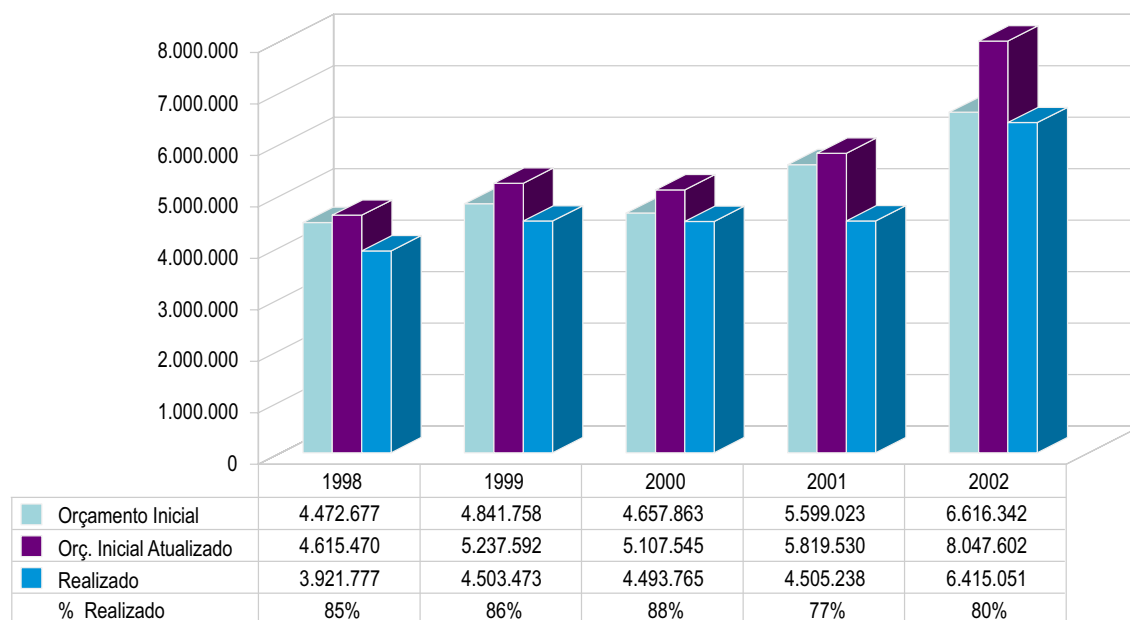
A Lei Federal nº 4.320/64 estabelece a classificação da Despesa Orçamentária nas categorias econômicas Despesas Correntes e Despesas de Capital.

As Despesas Correntes constituem o grupo de despesas operacionais realizadas pela Administração Pública a fim de promover a execução, manutenção e o funcionamento de suas atividades. As Despesas de Capital constituem o grupo de despesas da Administração Pública com intenção de adquirir ou constituir bens de capital capazes de gerar novos bens ou serviços. Também são classificadas como Despesas de Capital as amortizações da Dívida Interna e Externa.

A Despesa Orçamentária Total no exercício está apresentada no quadro abaixo. Podemos observar que, em 2002, a despesa empenhada totalizou MR\$ 6.415.051, inferior em MR\$ 201.291 ao valor previsto de MR\$ 6.616.342, ou seja, (-) 3 %.

De acordo com os critérios adotados pela ABOP, o índice de execução de 2002 seria considerado deficiente. No entanto, quando comparamos o montante empenhado com o efetivamente gasto, nota-se que as despesas superaram em 1,25% a receita arrecadada, o que denota a preocupação em manter a execução da despesa no mesmo nível da arrecadação, atendendo fielmente os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal, de que os valores arrecadados é que devem definir o poder de gasto.

### DESPESA ORÇADA X DESPESA REALIZADA



Em R\$ mil

**OBS: O Orçamento Inicial Atualizado da despesa para o período representa a Despesa Total Prevista para cada exercício, acrescentando-se eventuais créditos.**

Comparando-se a Despesa Total Empenhada em 2002 com o mesmo período em 2001, é demonstrado um aumento de MR\$ 1.909.813, representando uma variação de 42,39%.

As Despesas Correntes do Município corresponderam a 84% do total, cabendo os 16% restantes às Despesas de Capital. O quadro seguinte contém um resumo das despesas orçamentárias por categorias econômicas nos exercícios de 1998 a 2002.

## EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

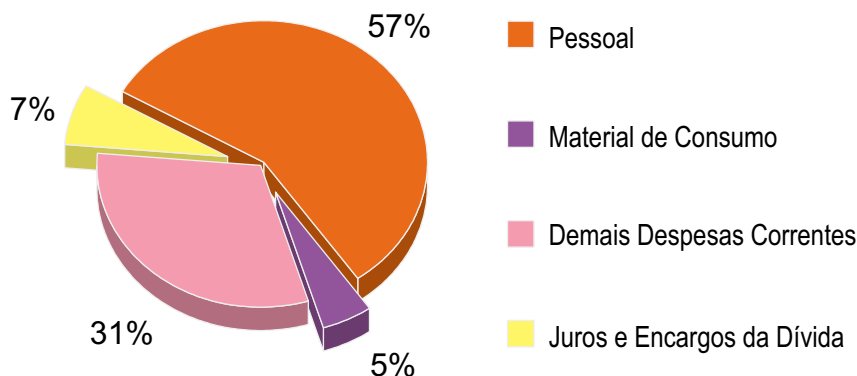
CATEGORIAS ECONÔMICAS	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%	Em R\$ mil	
									2002	%
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>3.921.777</b>	<b>100</b>	<b>4.503.473</b>	<b>100</b>	<b>4.493.765</b>	<b>100</b>	<b>4.505.238</b>	<b>100</b>	<b>6.415.051</b>	<b>100</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>2.922.711</b>	<b>75</b>	<b>3.484.897</b>	<b>77</b>	<b>4.029.044</b>	<b>90</b>	<b>4.069.644</b>	<b>90</b>	<b>5.443.226</b>	<b>84</b>
<b>Pessoal</b>	<b>1.872.967</b>	<b>48</b>	<b>1.981.348</b>	<b>44</b>	<b>2.195.606</b>	<b>49</b>	<b>2.376.376</b>	<b>53</b>	<b>3.094.956</b>	<b>48</b>
Venc. e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.067.011	27	1.114.410	25	1.165.794	26	1.306.991	29	1.547.094	24
Inativos	531.166	14	559.785	12	610.477	14	667.670	15	779.612	12
Outras Desp. de Pessoal e Enc. Sociais	274.790	7	307.153	7	419.335	9	401.715	9	768.250	12
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>81.752</b>	<b>2</b>	<b>189.695</b>	<b>4</b>	<b>292.557</b>	<b>6</b>	<b>251.292</b>	<b>5</b>	<b>382.601</b>	<b>6</b>
<b>Material de Consumo</b>	<b>149.340</b>	<b>4</b>	<b>160.271</b>	<b>3</b>	<b>207.189</b>	<b>5</b>	<b>190.508</b>	<b>4</b>	<b>269.551</b>	<b>4</b>
<b>Outras Despesas Correntes</b>	<b>818.652</b>	<b>21</b>	<b>1.153.583</b>	<b>26</b>	<b>1.333.692</b>	<b>30</b>	<b>1.251.468</b>	<b>28</b>	<b>1.696.118</b>	<b>26</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>999.066</b>	<b>25</b>	<b>1.018.576</b>	<b>23</b>	<b>464.721</b>	<b>10</b>	<b>435.594</b>	<b>10</b>	<b>971.825</b>	<b>16</b>
<b>Investimentos</b>	<b>319.734</b>	<b>8</b>	<b>285.325</b>	<b>7</b>	<b>340.658</b>	<b>7</b>	<b>293.898</b>	<b>7</b>	<b>640.604</b>	<b>10</b>
Obras e Instalações	227.754	6	215.832	5	281.009	6	236.258	5	534.432	8
Equipamentos e Material Permanente	47.628	1	37.053	1	37.150	1	29.656	1	62.224	1
Outros Investimentos	44.352	1	32.440	1	22.499	0	27.984	1	43.948	1
<b>Inversões Financeiras</b>	<b>89.803</b>	<b>2</b>	<b>123.832</b>	<b>3</b>	<b>48.406</b>	<b>1</b>	<b>18.958</b>	<b>0</b>	<b>166.645</b>	<b>3</b>
<b>Amortização da Dívida</b>	<b>589.529</b>	<b>15</b>	<b>609.419</b>	<b>13</b>	<b>75.657</b>	<b>2</b>	<b>122.738</b>	<b>3</b>	<b>164.576</b>	<b>3</b>

Em R\$ mil

A comparação entre os grupos de despesas correntes deve ser observada com reservas, haja vista a reclassificação orçamentária de algumas despesas, em virtude da alteração no classificador de despesas que decorreu da mudança de conceituação e codificação das naturezas de despesas efetuada pela Portaria Interministerial nº 163/2001. Assim, algumas despesas que, em 2001, eram classificadas como "Outros Custeios" ou "Transferências a Pessoas" (inativos, por exemplo) passaram a ser classificadas em 2002 como "Pessoal e Encargos Sociais".

No grupamento de Despesas Correntes destacamos a natureza de "Pessoal", que participa com 48%. Quanto à composição da Despesa de Capital, "Obras e Instalações" é a principal parcela, responsável por 8%.

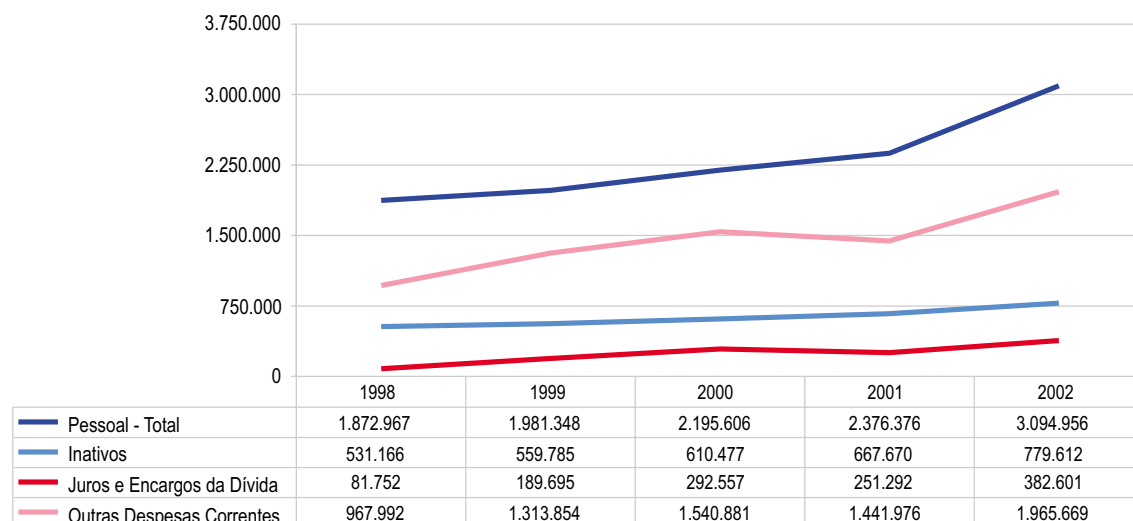
### COMPOSIÇÃO DA DESPESA CORRENTE EM 2002



VALORES	2002	% PARTICIPAÇÃO NA DESPESA	
CATEGORIA ECONOMICA	DESPESA REALIZADA	DESPESA CORRENTE	TOTAL
Pessoal	3.094.956	57%	48%
Material de Consumo	269.551	5%	4%
Demais Despesas Correntes	1.696.118	31%	26%
Juros e Encargos da Dívida	382.601	7%	6%
DESP CORRENTE	5.443.226	100%	84%
TOTAL	6.415.051		100%

Em R\$ mil

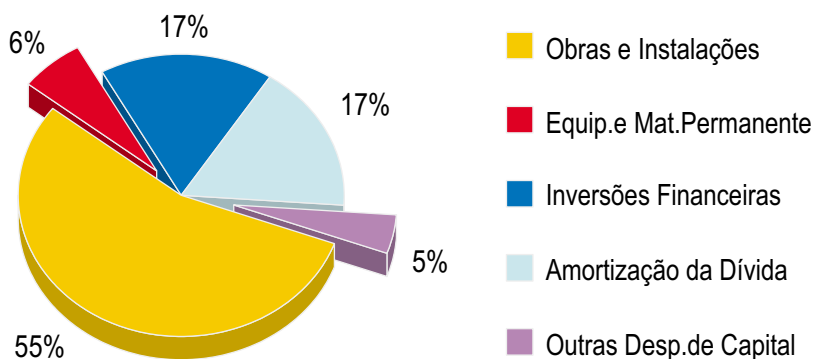
### EVOLUÇÃO DA DESPESA CORRENTE



Em R\$ mil

Quanto às despesas de capital, pode-se notar um incremento significativo em termos absolutos na categoria "Investimentos", com aumento de MR\$ 346.706. Em termos relativos, o maior incremento foi em "Inversões Financeiras", em relação à 2001 devido a contabilização do empréstimo de MR\$ 150.000, feito ao Governo do Estado, conforme já tratado.

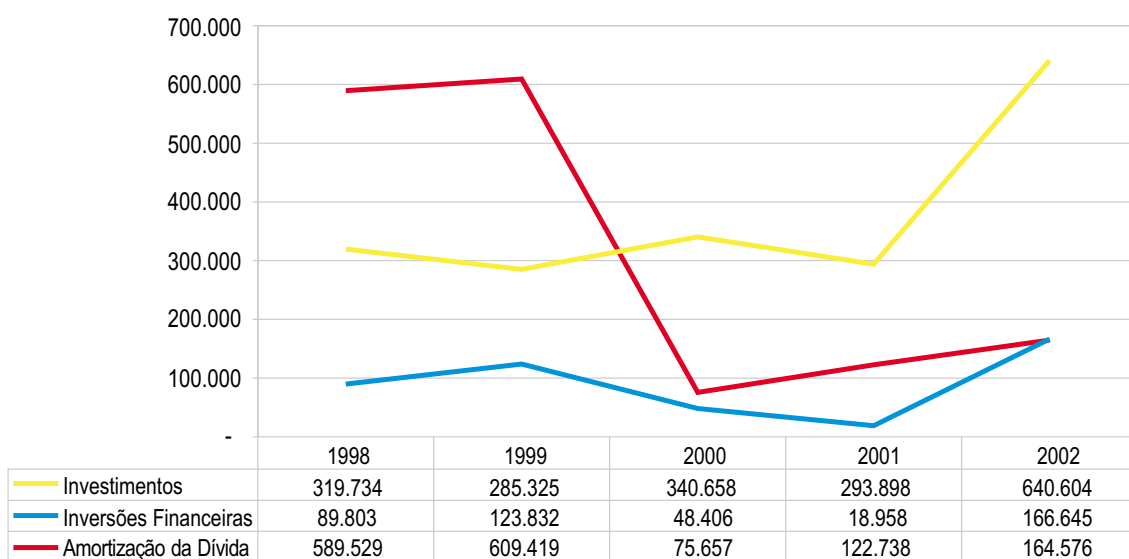
#### COMPOSIÇÃO DA DESPESA DE CAPITAL EM 2002



CATEGORIA ECONOMICA	VALORES 2002		% PARTICIPAÇÃO NA DESPESA	
	DESPESA REALIZADA	DESPESA CAPITAL	DESPESA CAPITAL	TOTAL
Obras e Instalações	534.432	55%	8%	
Equip.e Mat.Permanente	62.224	6%	1%	
Inversões Financeiras	166.645	17%	3%	
Amortização da Dívida	164.576	17%	3%	
Outras Desp.de Capital	43.948	5%	1%	
DESPESA CAPITAL	971.825	100%	16%	
TOTAL	6.415.051		100%	

Em R\$ mil

#### EVOLUÇÃO DA DESPESA DE CAPITAL



Em R\$ mil



## Despesa por Órgão

A Administração Direta Municipal é composta por órgãos do Poder Legislativo e Executivo. A estrutura do Poder Executivo é composta por órgãos da Administração Direta e Indireta, podendo estes ser gerencialmente classificados como de Atividade Meio ou Atividade Fim, além dos Encargos Gerais do Município.

ÓRGÃOS	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%
<b>PODER LEGISLATIVO</b>	<b>183.565</b>	<b>5</b>	<b>179.809</b>	<b>4</b>	<b>164.344</b>	<b>4</b>	<b>172.730</b>	<b>4</b>	<b>207.678</b>	<b>3</b>
Câmara Municipal	143.878	4	138.590	3	123.265	3	129.451	3	159.212	2
Tribunal De Contas	39.687	1	41.219	1	41.079	1	43.279	1	48.466	1
<b>PODER EXECUTIVO</b>	<b>3.738.212</b>	<b>95</b>	<b>4.323.664</b>	<b>96</b>	<b>4.329.420</b>	<b>96</b>	<b>4.332.507</b>	<b>96</b>	<b>6.207.373</b>	<b>97</b>
<b>Atividade : Fim</b>	<b>2.023.358</b>	<b>51</b>	<b>2.359.525</b>	<b>52</b>	<b>2.738.794</b>	<b>61</b>	<b>2.751.834</b>	<b>62</b>	<b>3.946.125</b>	<b>61</b>
<b>Adm Direta</b>	<b>1.396.577</b>	<b>35</b>	<b>1.666.633</b>	<b>37</b>	<b>1.961.570</b>	<b>44</b>	<b>2.009.435</b>	<b>45</b>	<b>2.940.108</b>	<b>45</b>
Sec.Mun.Cultura	13.152	0	12.621	0	12.486	0	22.017	0	31.270	1
Sec.Mun. Desenvolvimento Social	27.437	1	38.366	1	45.232	1	47.869	1	74.644	1
Sec.Mun. Educação	567.873	15	556.108	12	636.298	14	703.178	16	1.019.018	16
Sec.Mun. Habitação	157.011	4	144.676	3	160.293	4	124.027	3	205.155	3
Sec.Mun. Meio Ambiente	11.700	0	13.351	0	26.711	1	23.989	1	78.104	1
Sec.Mun. Obras	147.066	4	159.291	4	140.972	3	115.940	3	194.389	3
Sec.Mun. Saúde	420.041	11	679.602	15	868.895	19	916.184	20	1.229.597	19
Sec.Mun. Trabalho	7.398	0	8.216	0	7.297	0	2.500	0	5.554	0
Sec.Esp. Transporte	15.782	0	20.735	1	26.824	1	18.768	0	24.769	0
Sec.Esp. Turismo	206	0	217	0	193	0	323	0	393	0
Sec.Mun. Urbanismo	14.595	0	13.956	0	12.105	0	11.816	0	14.798	0
Sec.Mun. Esportes e Lazer	13.772	0	18.915	1	23.731	1	22.824	1	60.364	1
Sec.Esp. Monumentos Públicos	544	0	579	0	533	0	0	-	0	-
Sec.Esp. Prevenção à Dependência Química	0	-	0	-	0	-	0	-	577	0
Sec.Esp. Terceira Idade	0	-	0	-	0	-	0	-	1.085	0
Sec.Esp. Promoção e Defesa dos Animais	0	-	0	-	0	-	0	-	391	0
<b>Adm Indireta</b>	<b>626.781</b>	<b>16</b>	<b>692.892</b>	<b>15</b>	<b>777.224</b>	<b>17</b>	<b>742.399</b>	<b>17</b>	<b>1.006.017</b>	<b>16</b>
Cet Rio	21.300	1	23.376	1	35.148	1	28.364	1	38.521	1
Comlurb	265.605	7	286.120	6	295.101	7	315.398	7	366.085	6
Fundação Rio	904	0	947	0	1.080	0	1.142	0	1.136	0
Fundo-Rio	32.822	1	37.912	1	45.437	1	49.465	1	65.989	1
Funlar	6.566	0	8.339	0	8.873	0	8.290	0	13.486	0
Geo-Rio	11.462	0	15.535	0	9.966	0	10.025	0	13.968	0
Guarda Municipal	60.786	2	74.295	2	85.088	2	94.730	2	106.443	2
Imprensa da Cidade	4.201	0	4.491	0	5.881	0	4.051	0	8.871	0
Multi-Rio	9.101	0	9.453	0	10.212	0	9.489	0	14.343	0
Parques e Jardins	10.097	0	12.143	0	18.644	0	29.792	1	49.659	1
Planetário	1.959	0	1.885	0	2.164	0	2.389	0	3.537	0
Rio Centro	8.959	0	10.890	0	8.898	0	8.346	0	9.288	0
Rio Cop	0	-	0	-	114	0	237	0	300	0
Rio Esportes	19.499	1	25.528	1	36.327	1	13.996	1	23.422	0
Rio Filme	7.848	0	7.900	0	5.753	0	7.269	0	14.401	0
Rio Luz	37.190	1	31.127	1	31.684	1	21.396	1	24.950	1
Rio Urbe	56.379	2	50.885	1	79.514	2	55.562	1	139.596	2
Rio-Águas	153	0	9.036	0	15.601	0	10.220	0	24.829	0
Rio-Arte	11.338	0	16.685	1	23.884	1	19.848	1	28.569	1
Riotur	46.287	1	53.750	1	46.548	1	42.058	1	45.818	1
Rio-Zoo	5.232	0	5.687	0	5.627	0	5.229	0	6.093	0
Smtu	9.093	0	6.908	0	5.680	0	5.103	0	6.713	0
<b>Atividade:Meio</b>	<b>389.570</b>	<b>10</b>	<b>665.019</b>	<b>15</b>	<b>1.059.284</b>	<b>23</b>	<b>1.051.007</b>	<b>22</b>	<b>1.325.278</b>	<b>21</b>
<b>Adm Direta</b>	<b>178.798</b>	<b>5</b>	<b>208.353</b>	<b>4</b>	<b>214.893</b>	<b>4</b>	<b>209.425</b>	<b>4</b>	<b>225.288</b>	<b>4</b>
Controladoria Geral	12.755	0	13.077	0	14.490	0	12.913	0	15.808	0
Gabinete do Prefeito	29.196	1	49.842	1	43.926	1	36.993	1	39.264	1
Procuradoria Geral	28.534	1	33.368	1	38.063	1	40.989	1	34.146	1
Sec.Mun. Governo	11.731	0	11.634	0	12.745	0	13.575	0	18.018	0
Sec.Mun. Administração	16.430	1	17.865	0	18.128	0	19.524	0	23.946	0
Sec.Esp. Assuntos Estratégicos	586	0	783	0	693	0	439	0	871	0
Sec.Mun. Fazenda	77.573	2	79.058	2	84.716	2	83.201	2	91.583	2
Sec.Esp. Projetos Especiais	361	0	399	0	356	0	368	0	498	0
Sec.Esp. Desenv.Ciência e Tecnologia	1.632	0	2.327	0	1.776	0	1.423	0	1.154	0
<b>Adm Indireta</b>	<b>210.772</b>	<b>5</b>	<b>456.666</b>	<b>11</b>	<b>844.391</b>	<b>19</b>	<b>841.582</b>	<b>18</b>	<b>1.099.990</b>	<b>17</b>
Fund. João Goulart	3.124	0	2.155	0	1.587	0	3.524	0	6.004	0
Funprevi	0	-	0	-	0	-	0	-	1.000.475	16
Inst. Pereira Passos	0	-	24.920	1	17.565	0	4.841	0	7.322	0
Iplan-Rio	56.304	1	45.277	1	64.760	2	57.625	1	65.146	1
Prev-Rio	151.344	4	384.314	9	760.479	17	775.592	17	21.043	0
<b>Atividade:Encargos Gerais</b>	<b>1.325.284</b>	<b>34</b>	<b>1.299.120</b>	<b>29</b>	<b>531.342</b>	<b>12</b>	<b>529.666</b>	<b>12</b>	<b>935.971</b>	<b>15</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.921.777</b>	<b>100</b>	<b>4.503.473</b>	<b>100</b>	<b>4.493.764</b>	<b>100</b>	<b>4.505.237</b>	<b>100</b>	<b>6.415.051</b>	<b>100</b>

Em R\$ mil

No nível mais agregado da execução orçamentária da despesa, temos a distribuição por funções de governo. No entanto, com a modificação da classificação funcional-programática, as funções de governo foram desagrupadas em relação às utilizadas no exercício de 2001.

Para permitir a comparabilidade entre os exercícios, a tabela a seguir apresenta as despesas classificadas por funções de governo reagrupadas nos mesmos moldes da classificação funcional-programática adotada em 2001.

O quadro seguinte contém a despesa empenhada por Funções de Governo, relativas as Atividades Meio e Fim, nos exercícios de 1998 a 2002, onde são demonstrados os valores investidos a cada ano. Comparando-se o período de 2001 com o de 2002, observa-se que as Funções de Governo, referentes a Atividade Fim, que mais sofreram acréscimo foram "Habitação e Urbanismo" e "Trabalho", respectivamente de 133% e 124%. Por outro lado, as funções que mais sofreram decréscimo foram "Transporte" e "Assistência e previdência", respectivamente de (-) 38% e (-) 36%.

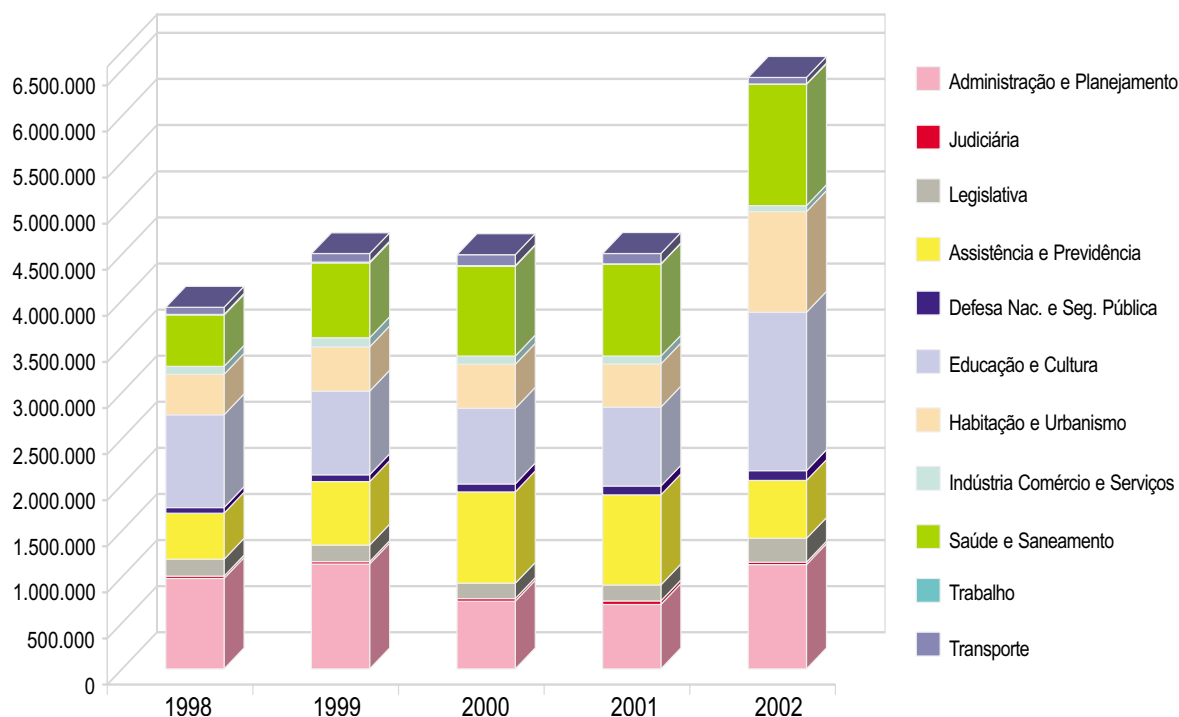
Já na Atividade Meio, a função "Judiciária" teve uma redução de (-) 27%, enquanto que a função "Administração e Planejamento" aumentou em 62% sua participação.

## Despesa por Função de Governo – Composição

### DESPESA TOTAL

Ano	1998	1999	2000	2001	2002
<b>Atividade Meio</b>					
Administração e Planejamento	979.935	1.136.555	732.999	699.309	1.130.422
Judiciária	26.378	26.042	30.226	37.380	27.125
Legislativa	183.565	179.809	164.344	172.730	257.081
<b>Sub-Total</b>	<b>1.189.878</b>	<b>1.342.406</b>	<b>927.569</b>	<b>909.419</b>	<b>1.414.628</b>
<b>Atividade Fim</b>					
Assistência e Previdência	498.059	687.754	992.666	977.050	628.249
Defesa Nac. e Seg. Pública	61.917	74.632	85.780	95.206	107.012
Educação e Cultura	1.004.816	908.167	819.628	857.714	1.718.780
Habitação e Urbanismo	441.161	479.742	478.341	467.426	1.091.129
Indústria Comércio e Serviços	86.549	98.243	89.300	85.248	65.524
Saúde e Saneamento	555.037	812.049	973.661	997.692	1.314.172
Trabalho	7.317	8.031	6.925	2.476	5.554
Transporte	77.043	92.449	119.894	113.006	70.003
<b>Sub-Total</b>	<b>2.731.899</b>	<b>3.161.067</b>	<b>3.566.195</b>	<b>3.595.818</b>	<b>5.000.423</b>
<b>Despesa Total</b>	<b>3.921.777</b>	<b>4.503.473</b>	<b>4.493.764</b>	<b>4.505.237</b>	<b>6.415.051</b>

Em R\$ mil

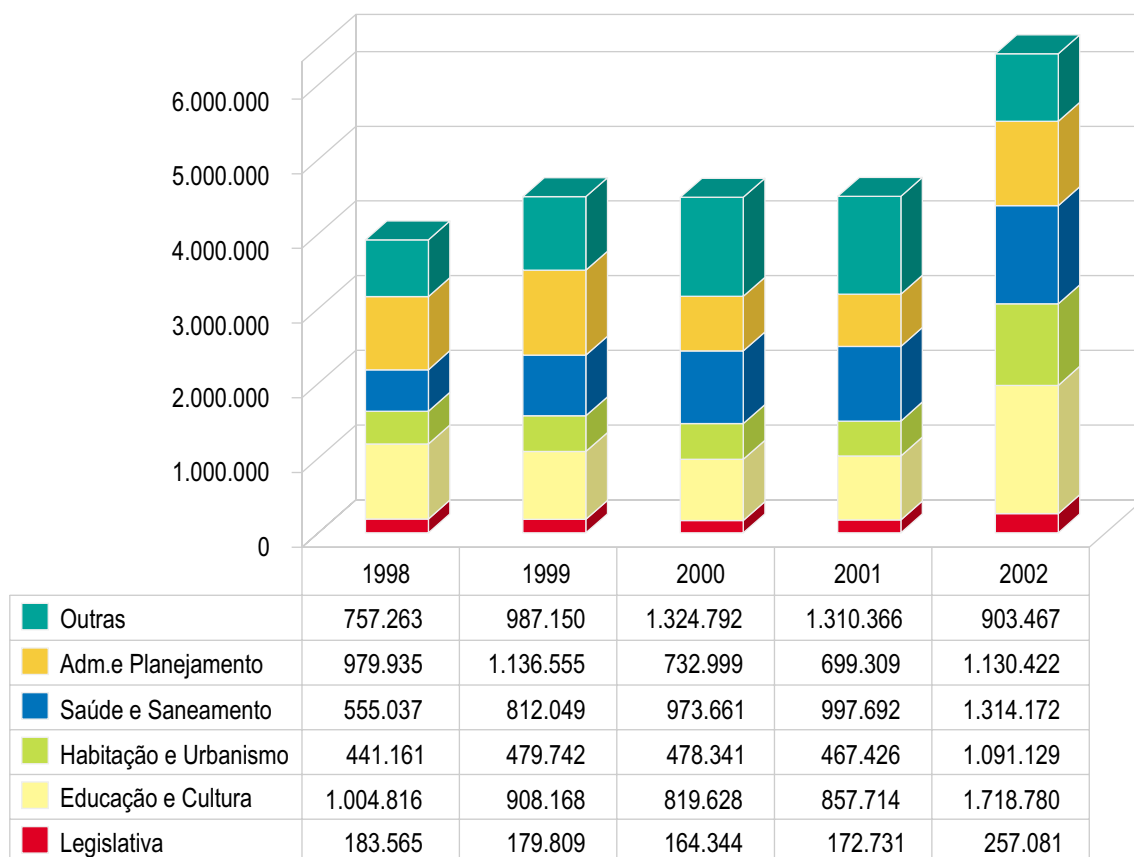


É importante salientar que na função agregada 'Administração e Planejamento' estão presentes, além dos gastos de custeio e manutenção, despesas com encargos e amortização da dívida pública, entre outras.

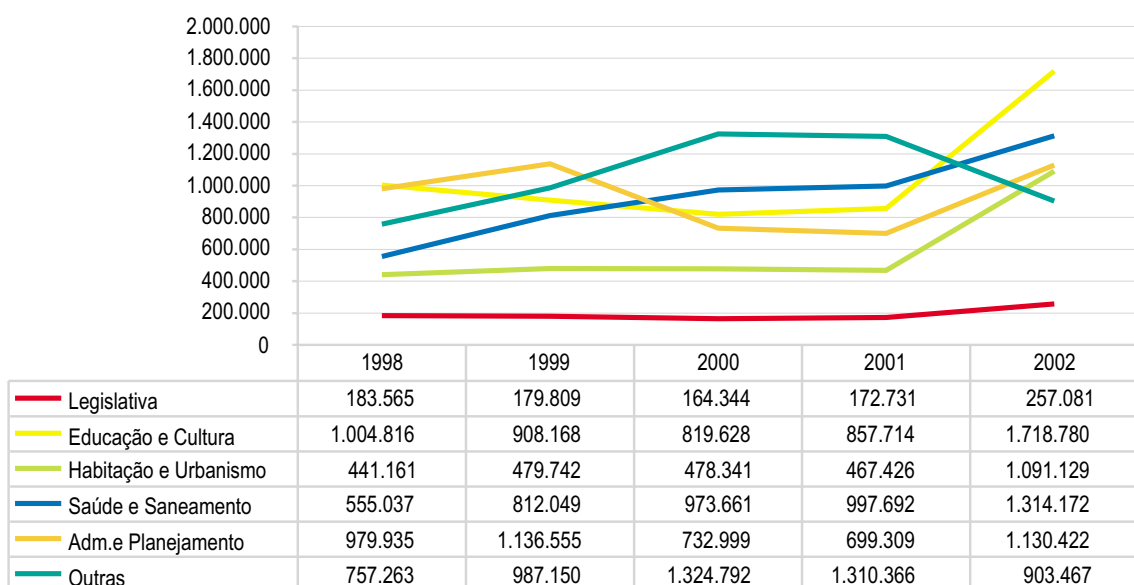
No exercício de 2002 houve acréscimo na realização de despesas na maioria das áreas de atuação do governo. Desta forma, mesmo com ampliação do volume de disponibilidades da Prefeitura, houve acréscimo na realização de despesas, principalmente nas funções "Educação e Cultura", "Habitação e Urbanismo", "Administração e Planejamento" e "Saúde e Saneamento". Neste sentido, a avaliação do fluxo de recursos mostra-se mais eficaz do que a simples análise dos saldos estáticos de caixa no final dos respectivos períodos.

## Despesa por Funções de Governo - Evolução Anual

Nos gráficos apresentados podemos acompanhar a evolução das funções de governo mais relevantes ao longo dos últimos cinco exercícios.



### EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS FUNÇÕES DE GOVERNO



Em R\$ mil

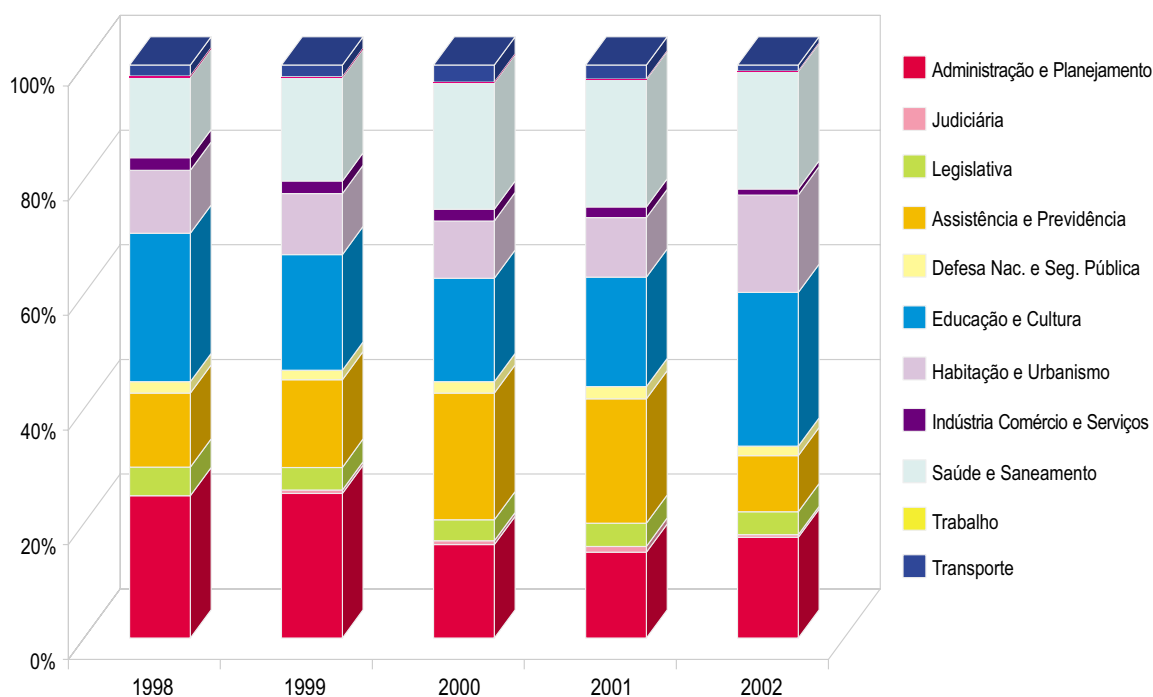
## Despesa por Função de Governo – Participação Percentual

O quadro seguinte contém a Despesa Empenhada por Funções de Governo nos exercícios de 1998 a 2002 onde é indicada a participação percentual de cada uma dentro dos respectivos exercícios. As Funções de Governo em que mais houve aplicação de recursos em 2002 foram "Educação e Cultura", "Saúde e Saneamento", "Administração e Planejamento" e "Habitação e Urbanismo". Em 2002 elas representaram respectivamente 27%, 20%, 18%, 17% do total da despesa empenhada.

Pode-se observar que, em média nos últimos cinco anos, aproximadamente 76% dos gastos da Prefeitura foram destinados à Atividade Fim.

### DESPESA TOTAL %

Valor Total no Ano	1998	1999	2000	2001	2002
<b>Atividade Meio</b>	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>21</b>	<b>20</b>	<b>22</b>
Administração e Planejamento	25	25	16	15	18
Judiciária	0	1	1	1	0
Legislativa	5	4	4	4	4
<b>Atividade Fim</b>	<b>70</b>	<b>70</b>	<b>79</b>	<b>80</b>	<b>78</b>
Assistência e Previdência	13	15	22	22	10
Defesa Nac. e Seg. Pública	2	2	2	2	2
Educação e Cultura	26	20	18	19	27
Habitação e Urbanismo	11	11	10	10	17
Indústria Comércio e Serviços	2	2	2	2	1
Saúde e Saneamento	14	18	22	22	20
Trabalho	0	0	0	0	0
Transporte	2	2	3	3	1
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>



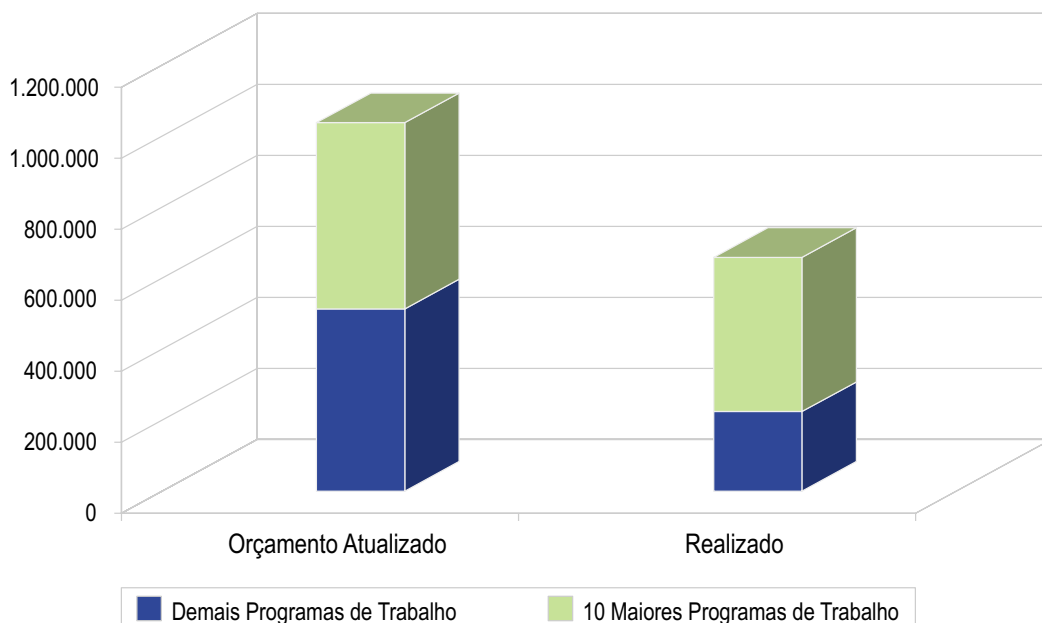
No quadro a seguir estão elencados os dez maiores Programas de Trabalho do Município, relativos a projetos realizados em 2002, em milhares de reais. O total de Programas de Trabalho do Município é 192, e o total empenhado de MR\$ 658.591, correspondente a 63% do Orçamento Atualizado para este Exercício.

É importante ressaltar que o conceito de Programas de Trabalho voltados para Projetos, elenca o total de novas realizações efetuadas durante o ano de 2002. Ressalte-se que não são levadas em consideração as quantias despendidas com apoio e manutenção de atividades já existentes e que a administração pública, em geral, não trabalha com o conceito de custos.

**APLICAÇÃO DE RECURSOS DE PROGRAMAS DE TRABALHO - ADM.DIRETA E INDIRETA**

<b>Despesa Total</b>	<b>Orçamento Atualizado</b>	<b>Realizado</b>	<b>Parcela Realizada</b>
Programa de Assentamentos Populares - Proap -Rio/BID II	125.219	94.794	76%
Obras e Equipamentos para Rede de Ensino	92.256	69.997	76%
Macro Intervenções de Infra-Estrutura, Drenagem, Urbanizacão e Reurbanização	56.512	56.042	99%
Ampliação, Restauração e Melhorias Viárias na Avenida Brasil	61.300	49.067	80%
Projeto de Recuperação e Educação Ambiental	43.584	41.943	96%
Micro Intervenções de Infra-Estrutura, Drenagem, Urbanizacão e Reurbanização	29.832	29.550	99%
Tratamento Paisagístico	27.724	26.641	96%
Obras de Urbanização em Comunidades Carentes - Rio Comunidade	27.261	25.974	95%
Construção de Unidades Esportivas e de Lazer	28.266	20.187	71%
Reforma, Reparos e Ampliação de Unidades de Saúde	32.666	19.996	61%
<b>Número de outros programas de trabalho 182</b>	<b>513.268</b>	<b>224.399</b>	<b>44%</b>
<b>Total</b>	<b>192</b>	<b>1.037.889</b>	<b>63%</b>

Em R\$ mil



# LIMITES MÁXIMOS E MÍNIMOS PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO

## Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – 2002

A despesa empenhada na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino atingiu no exercício de 2002, 35,96% do total das receitas arrecadadas de impostos e transferências.

O percentual gasto atende ao disposto no art. 212 da Constituição Federal, que preceitua uma aplicação igual ou superior a 25%. Ressaltamos que foi deferida, em 19/07/1999, a liminar de Representação de Inconstitucionalidade nº 61/98, relativa ao art. 323 da Lei Orgânica do Município, que preceitua uma aplicação igual ou superior a 35%

O cálculo do gasto na manutenção e desenvolvimento do ensino em 2002 foi elaborado de acordo com o anexo à Lei de Orçamento n.º 3.341 de 28 de dezembro de 2001, publicado no DOM de 29 de dezembro de 2001.

RECEITA ARRECADADA		DESPESA REALIZADA	
DISCRIMINAÇÃO	ARRECADADA	DISCRIMINAÇÃO	EMPENHADA
<b>1. IMPOSTOS PRÓPRIOS</b>	<b>2.076.043</b>	<b>1. SME</b>	<b>970.735</b>
IPTU	721.695	Pessoal Ativo	741.611
ISS	1.107.995	Custeio / Manutenção da Rede Física	132.533
IVVC	0	Equip. Escolar / Construção / Obras em Escolas	82.313
ITBI	170.090	MULTIRIO	14.279
Dívida Ativa Tributária	76.263		
<b>2. TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO</b>	<b>1.019.419</b>	<b>2. RIORUBE</b>	<b>3.198</b>
Cota-Parte do ICMS	935.793	Construção de Escolas / Obras em Creches	3.198
Dedução da Receita para Formação do FUNDEF (ICMS)	(140.369)		
Cota-Parte do IPVA	215.260		
Cota-Parte do IPI Exportação	10.276		
Dedução da Receita para Formação do FUNDEF (IPI-EXP)	(1.541)		
<b>3. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO</b>	<b>224.332</b>	<b>3. FUNDO RIO / FUNLAR</b>	<b>39.079</b>
Cota-Parte do FPM	64.635	Educação Infantil	39.079
Dedução da Rec. p/ Formação do FUNDEF (FPM)	(9.698)		
Cota-Parte do IRRF	151.082		
Cota-Parte do IPTR	144		
Cota-Parte do Imposto s/ Operações com Ouro	10		
Seguro Receita do ICMS	21.364		
Dedução da Rec. P/ Formação do FUNDEF (Seguro Receita do ICMS)	(3.205)		
<b>4. FUNDEF</b>	<b>522.457</b>	<b>4. FUNPREVI C/REC. TESOIRO</b>	<b>368.820</b>
Parcela do Município na Constituição do FUNDEF	154.813	Inativos da Educação	464.980
Valor Adicional Recebido pelo Município - FUNDEF	367.643	(-) Inativos da Educação - Funprevi	(96.160)
<b>TOTAL DA RECEITAS (A)</b>	<b>3.842.250</b>	<b>TOTAL DAS APLICAÇÕES (B)</b>	<b>1.381.832</b>
		<b>Percentual da Aplicação = B/A</b>	<b>35,96%</b>

Fonte: Contadoria Geral

Em R\$ mil

O limite legal para aplicação nestes parâmetros seria MR\$ 960.563. No entanto, o Município do Rio de Janeiro aplicou MR\$ 1.381.832, ou seja, MR\$ 421.269 além do valor mínimo estabelecido pela Constituição Federal. A maior parte da despesa com manutenção e desenvolvimento do ensino foi com pessoal, que alcançou MR\$ 1.206.591, equivalente a 87,31% do total aplicado, sendo que MR\$ 741.611 foram gastos com pessoal ativo e MR\$ 464.980 com pessoal inativo. Foram utilizados no custeio e manutenção das 1.033 escolas da rede municipal MR\$ 132.533 e MR\$ 82.313 com equipamentos escolares.

Entre as receitas, cabe ressaltar que, do valor recebido do FUNDEF, que montou MR\$ 522.457, MR\$ 154.813 foram referente às transferências de impostos retidas e MR\$ 367.643 foram de transferência adicional. Os recursos do FUNDEF permitiram ainda ao Município auferir outras receitas, como MR\$ 29.700 de rendimento de aplicações financeiras conforme a seguir se demonstra.

DISCRIMINAÇÃO	ACUMULADO
REPASSES DO FUNDEF	522.457
RENDIMENTO APLICAÇÃO FINANCEIRA	29.700
OUTRAS RECEITAS	113
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>552.270</b>

Em R\$ mil

A despesa realizada com ações e serviços públicos de saúde atingiu, no exercício, 27,01% do total das receitas arrecadadas de impostos e transferências constitucionais nos termos da Emenda Constitucional n.º 29 de 13/09/2000, que prevê uma despesa mínima de 7% das receitas arrecadadas, conforme quadro abaixo. O cálculo do gasto nas ações e serviços públicos de saúde em 2002 foi elaborado de acordo com a lei de Orçamento n.º 3.341 de 28 de dezembro de 2001.

RECEITA ARRECADADA		DESPESA EMPENHADA	
<b>1. RECEITA TRIBUTÁRIA</b>	<b>2.076.043</b>	<b>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS ATIVOS</b>	<b>480.671</b>
IPTU	721.695		
ISS	1.107.995		
IVVC	-	<b>OUTRAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO</b>	<b>432.214</b>
ITBI	170.090		
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	76.263		
<b>2. TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS</b>	<b>1.377.190</b>	<b>INVESTIMENTOS NA SMS</b>	<b>19.752</b>
ITR	144		
IPVA	215.260		
IRRF	151.082		
ICMS	935.793		
FPM	64.635		
IPI-EXP	10.276		
<b>TOTAL DE RECEITAS (A)</b>	<b>3.453.233</b>	<b>TOTAL DE APLICAÇÕES (B)</b>	<b>932.637</b>
		<b>PARTICIPAÇÃO 2002 (B/A)</b>	<b>27,01%</b>

Fonte: Contadoria Geral



Outro ponto relevante da administração municipal diz respeito à participação da despesa com pessoal sobre a receita corrente líquida (RCL). Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, as despesas de pessoal do Poder Executivo Municipal incorridas nos últimos 12 meses não devem ultrapassar 54% da RCL, enquanto as do Poder Legislativo não devem ser superior a 6%.

Conforme demonstrado abaixo, a despesa com pessoal do Poder Executivo durante o exercício de 2002 consumiu 46,25% da receita corrente líquida arrecadada no mesmo ano, bem abaixo do limite legal (54%) e mesmo do limite prudencial, que é de 51,30%. O Poder Legislativo também esteve bem abaixo do limite instituído pela LRF, alcançando 2,93%.

#### DEMONSTRATIVO RESUMIDO DE DESPESA COM PESSOAL – 2002

	2002	% RCL
<b>Poder Executivo</b>	<b>2.518.714</b>	<b>46,25%</b>
Pessoal Ativo <sup>1</sup>	1.806.544	33,17%
Pessoal Inativo e Pensionistas <sup>2</sup>	642.967	11,81%
Outras Despesas de Pessoal	69.203	1,27%
<b>Poder Legislativo</b>	<b>159.494</b>	<b>2,93%</b>
Pessoal Ativo <sup>1</sup>	158.833	2,92%
Pessoal Inativo e Pensionistas <sup>2</sup>	661	0,01%
Outras Despesas de Pessoal	0	0,00%
<b>Total Despesa Líquida com Pessoal</b>	<b>2.678.208</b>	<b>49,18%</b>
<b>Receita Corrente Líquida</b>	<b>5.445.923</b>	

Em R\$ Mil

#### Notas:

(1) Para atender a LRF, foram abatidas as despesas com precatórios (período de referência anterior ao de apuração), indenizações por demissão e despesas de exercícios anteriores.

(2) Para atender a LRF, foram abatidas as despesas com inativos custeadas por recursos vinculados.

(3) Inclui Mão-de-Obra para Serviços de Saúde Pública; Gari Comunitário; Serviços Administrativos de Caráter Continuado; Serviços Técnicos de Engenheiros, Arquitetos e Topógrafos; Serviços Técnicos de Pesquisas de Caráter Continuado.

Se considerado o teto previsto no artigo 71 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece que a despesa total com pessoal não ultrapassará, em percentual da receita corrente líquida, a despesa verificada no exercício imediatamente anterior, acrescida de até 10%, verifica-se que a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro também enquadra-se neste patamar, pois este teto atinge MR\$ 2.856.277, superior ao valor gasto, ainda que consideremos MR\$ 56.810 referentes à revisão geral anual da remuneração dos servidores, garantida pelo inciso X do artigo 37 da Constituição Federal.

## INTRODUÇÃO

O Município do Rio de Janeiro, de acordo com a sua Lei Orgânica, constitui-se da Administração Direta e Indireta. A Administração Direta compreende os órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo. Fazem parte da Administração Direta no Poder Legislativo a Câmara Municipal, bem como o Tribunal de Contas do Município.

Já no Poder Executivo, a Administração Direta é composta pelas Secretarias Municipais e Especiais, os Fundos Especiais, o Gabinete do Prefeito, a Controladoria Geral e a Procuradoria Geral. A contabilidade de toda a administração direta é regida pela Lei 4.320/64.

As Autarquias, as Fundações, as Empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista compõem a Administração Indireta Municipal. As Autarquias e as Fundações Públicas seguem as normas da Lei 4.320/64, enquanto que as Empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista são regidas pela Lei 6.404/76.

Na elaboração da prestação de contas foi efetuada a consolidação dos balanços das entidades cuja contabilidade é regida pela Lei 4.320/64, dando assim origem aos balanços consolidados do Município. Para as empresas públicas e as sociedades de economia mista utilizamos o método da equivalência patrimonial, de forma a ajustar os investimentos da administração direta nas entidades regidas pela Lei 6.404/76.

Os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial de 2002, confeccionados de forma reduzida, são apresentados a seguir, em milhares de reais.

O Balço Orçamentário compara as previsões constantes do Orçamento com a sua Execução. Este balço é apresentado considerando os ingressos de natureza orçamentária e as despesas empenhadas pela Prefeitura, incluindo Administração Direta, fundações, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista no exercício financeiro de 2002.

RECEITAS	PREVISTAS	ARRECADADAS	DIFERENÇAS
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>6.342.353</b>	<b>6.055.602</b>	<b>286.753</b>
RECEITA TRIBUTARIA	2.133.203	2.149.332	(16.129)
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	102.446	322.190	(219.744)
RECEITA PATRIMONIAL	319.111	679.280	(360.169)
RECEITA INDUSTRIAL	4.771	5.522	(751)
RECEITA DE SERVIÇOS	104.498	108.158	(3.660)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.534.823	2.471.656	63.167
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.143.501	319.464	824.038
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>291.988</b>	<b>280.506</b>	<b>11.482</b>
OPERAÇÕES DE CREDITO	219.687	78.438	141.250
ALIENAÇÃO DE BENS	31.276	793	30.483
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	41.025	47.462	(6.437)
RANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0	3.814	(3.814)
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0	150.000	(150.000)
<b>SOMA</b>	<b>6.634.341</b>	<b>6.336.107</b>	<b>298.234</b>
<b>DÉFICIT</b>	<b>1.431.260</b>	<b>78.944</b>	<b>1.352.316</b>
<b>TOTAL</b>	<b>8.065.601</b>	<b>6.415.051</b>	<b>1.650.550</b>

DESPESAS	AUTORIZADAS CORRIGIDAS	REALIZADAS	DIFERENÇAS
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>5.818.316</b>	<b>5.443.226</b>	<b>375.091</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.205.403	3.094.956	110.448
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	389.478	382.601	6.877
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.223.435	1.965.669	257.766
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>2.229.285</b>	<b>971.825</b>	<b>1.257.460</b>
INVESTIMENTOS	945.140	640.603	304.537
INVERSÕES FINANCEIRAS	267.733	166.645	101.088
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.016.411	164.576	851.835
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>18.000</b>	<b>-</b>	<b>18.000</b>
<b>SOMA</b>	<b>8.065.601</b>	<b>6.415.051</b>	<b>1.650.550</b>
<b>SUPERÁVIT</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>TOTAL</b>	<b>8.065.601</b>	<b>6.415.051</b>	<b>1.650.550</b>

Fonte: Contadoria Geral

Em R\$ mil

Comparando-se a receita prevista com a despesa autorizada, constata-se um déficit na previsão orçamentária de MR\$ 1.431.260, o que equivale a 21,57% da previsão inicial e, por outro lado, confrontando a despesa autorizada com a despesa realizada, constata-se uma economia orçamentária de MR\$ 1.650.550, o que equivale a 20,46% do valor fixado.

Por outro lado, a comparação entre a receita arrecadada com a despesa realizada identifica um déficit de 1,23% na execução do orçamento, no valor de MR\$ 78.944 conforme a seguir se demonstra:

Receita Arrecada	MR\$ 6.336.107
( - ) Despesa Realizada	<u>MR\$ 6.415.051</u>
<b>Déficit</b>	(MR\$ 78.944)

As modificações do orçamento inicial, destacando as fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais, são representadas pela Tabela apresentada a seguir:

#### FONTES DE RECURSOS PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS

Saldo Inicial dos Créditos Autorizados		6.634.341
(+) Créditos Adicionais		3.435.305
a) Superavit Financeiro	1.307.107	
b) Excesso de Arrecadação	102.781	
c) Recursos Recebidos com Destinação Específica	21.371	
d) Anulação Parcial ou Total de Doação	2.004.045	
(-) Cancelamentos		(2.004.045)
<b>Total da Despesa Final Fixada</b>		<b>8.065.601</b>

Em R\$ mil

O Balanço Financeiro é a síntese de toda a Gestão Financeira, que envolve não só a execução orçamentária, como o movimento de Receitas e Despesas Extra-Orçamentárias. As disponibilidades dos exercícios de 2001 e 2002 sofreram movimentações de acordo com o balanço financeiro resumido demonstrado abaixo.

**BALANÇO FINANCEIRO RESUMIDO – 2001 e 2002**

ESPECIFICAÇÃO	Em R\$ mil	
	2001	2002
<b>Disponível em 01/01</b>	<b>1.139.374</b>	<b>2.440.529</b>
(+) Ingressos Orçamentários	5.460.333	6.336.107
(-) Desembolsos Orçamentários	(4.047.730,00)	(5.702.756)
(-) Despesa Realizada	(4.489.660)	(6.415.051)
(+) Inscrição de Restos a Pagar	441.930	712.295
(+/-) Movimentação Extra-Orçamentária Líquida	(111.448)	(759.964)
<b>Disponível em 31/12</b>	<b>2.440.529</b>	<b>2.313.916</b>

OBS: Até o ano de 2001, os valores referentes ao Riocentro não estão sendo computados, tendo em vista que a referida entidade não se enquadrava no conceito de empresa estatal dependente, de acordo com os quadros da LRF.

O Balanço mostra que o fluxo financeiro resultante da execução orçamentária foi positivo de MR\$ 633.351 (MR\$ 6.336.107 – MR\$ 5.702.756), haja vista que da execução orçamentária da despesa, MR\$ 712.295 não foram pagos no exercício de 2002, tendo sido inscritos como Restos a Pagar do exercício de 2002.

O Balanco Patrimonial é a síntese do Patrimônio Público passível de contabilização ou, em outras palavras, a sùmula dos bens, direitos e obrigações do Município, registradas em sua contabilidade.

Cabe esclarecer que para o balanço patrimonial consolidado da Prefeitura em 31/12/2002 foi adotado o modelo sugerido pela Secretaria do Tesouro Nacional. Neste aspecto, é importante frisar que as empresas públicas e sociedades de economia mista municipais levantam suas demonstrações contábeis segundo os preceitos da Lei nº 6.404/76, enquanto a administração direta, fundações e autarquias obedecem à Lei nº 4.320/64.

**BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO RESUMIDO**

Em R\$ mil

ATIVO		PASSIVO	
<b>Ativo Financeiro</b>		<b>Passivo Financeiro</b>	
	<b>2.393.605</b>		<b>931.671</b>
Disponível	2.313.916	Depósitos	75.269
Créditos em Circulação	79.689	Obrigações em Circulação	856.402
<b>Ativo Não Financeiro</b>		<b>Passivo Permanente</b>	
	<b>7.859.891</b>		<b>7.107.483</b>
Realizável a Curto Prazo	178.921	Obrigações em Circulação	64.993
Despesas Antecipadas	3.270	Exigível a Longo Prazo	7.038.161
Realizável a Longo Prazo	7.677.700	Resultado de Exerc. Futuros	4.329
<b>Ativo Permanente</b>			
	<b>1.581.844</b>		
Investimentos	336.834		
Imobilizado	1.244.469		
Diferido	541		
<b>ATIVO REAL</b>		<b>PASSIVO REAL</b>	
	<b>11.835.340</b>		<b>8.039.154</b>
		<b>PATRIMÔNIO</b>	
			<b>3.796.186</b>

Fonte: Contadoria Geral

O superávit financeiro alcançado pela Prefeitura em dezembro de 2002 foi da ordem de MR\$ 1.461.934.

A dívida ativa tem papel fundamental no balanço patrimonial da Prefeitura, haja vista que corresponde a MR\$ 7.151.644, ou seja, 60,43% do total do Ativo e 88,96% do Passivo Real, superando, inclusive, a dívida fundada.

A maior parte das obrigações do Município é constituída por exigível a longo prazo, que monta MR\$ 7.038.160 e representa 87,55% do Passivo Real e 59,47% do Ativo Real. O exigível a longo prazo por operações de crédito internas (MR\$ 5.719.702), operações de crédito externas (MR\$ 898.359) e outras obrigações (MR\$ 420.099). Cabe salientar que a Prefeitura não possui dívida mobiliária, apenas contratual.

Buscando evidenciar e tornar transparente a composição patrimonial, a execução orçamentária e os resultados econômicos e financeiros da gestão municipal, foram elaborados alguns relatórios, os quais apresentamos a seguir, com quadros e comentários contendo os dados mais importantes para análise.

Esta seção tem como objetivo revelar o desempenho do Município do Rio de Janeiro no primeiro semestre de 2002 em relação às metas fiscais determinadas pela Lei Complementar n° 101/2000 e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias. Para dar sentido e finalidade à transparência como princípio da responsabilidade fiscal, a Controladoria Geral do Município apresenta a seguir o desempenho no exercício de 2002 comparado com desempenho em 2001.

A Receita Corrente Líquida apurada em dezembro de 2002, apresenta crescimento de 10,25%, como pode ser observado na tabela abaixo.

**DEMONSTRATIVO RESUMIDO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – 2001 e 2002**

Especificação	2001	2002
Receita Tributária	1.933.491	2.149.332
Receita de Contribuições	110.560	322.190
Transferências Correntes	2.443.267	2.626.469
Outras Receitas Correntes	991.982	1.112.424
(-) Gestão Plena	(280.211)	(285.746)
(-) Dedução da Receita para Formação do FUNDEF*	(148.875)	(154.813)
(-) Compensação entre Regimes Previdenciários	-	(1.743)
(-) Contribuição Previdenciária	(110.560)	(322.190)
<b>Receita Corrente Líquida</b>	<b>4.939.654</b>	<b>5.445.923</b>

Em R\$ mil

Conforme estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o anexo de metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2002 estabeleceu estimativas para o resultado primário e resultado nominal, bem como para o montante da dívida fundada bruta do exercício de 2002.

O resultado primário, que corresponde à diferença entre as receitas e despesas não financeiras, alcançou patamar inferior à estimativa apresentada no anexo de metas fiscais. Enquanto o resultado primário estimado era positivo em R\$ 706,4 milhões, o alcançado foi negativo em R\$ 340,3 milhões.

**COMPARATIVO ENTRE ESTIMATIVAS DA LDO E REALIZAÇÃO**

Resultados	LDO	Realizado	Em R\$ Milhões
			Varição %
Resultado Primário	706,4	(340,3)	-148,18%
Resultado Nominal	(500,3)	(1.651,2)	230,05%

RESULTADO PRIMÁRIO – 2001 e 2002

	Em R\$ mil	
	2001	2002
<b>Receitas Fiscais Correntes</b>	<b>4.657.125</b>	<b>5.373.732</b>
Receita Tributária	1.933.491	2.149.332
Receita de Contribuição	110.560	322.190
Receita Patrimonial Líquida	34.010	45.485
Transferências Correntes	2.294.392	2.471.656
Demais Receitas Correntes	284.672	385.069
<b>Receitas Fiscais de Capital</b>	<b>4.297</b>	<b>153.814</b>
Receitas de Capital Líquidas	4.297	153.814
<b>Total (1)</b>	<b>4.661.422</b>	<b>5.527.546</b>
<b>Despesas Fiscais Correntes</b>	<b>3.784.355</b>	<b>5.060.625</b>
Despesas Correntes Líquidas	3.784.355	5.060.625
<b>Despesas Fiscais de Capital</b>	<b>322.513</b>	<b>807.249</b>
Despesas de Capital Líquidas	322.513	807.249
<b>Total (2)</b>	<b>4.106.868</b>	<b>5.867.874</b>
<b>Resultado Primário (1-2)</b>	<b>554.554</b>	<b>(340.328)</b>

Tal variação decorreu da turbulência econômica vivida em 2002. Assim, o anexo de metas fiscais apresentou estimativas de variáveis econômicas inferiores àquelas alcançadas em 2002. A estimativa de inflação utilizada quando da elaboração do anexo de metas fiscais era de 5,0%, muito abaixo de todos os índices medidos no período, que no ponto mais alto atingiu 25,30% (IGP-M Acumulado – Ano 2002).

Da mesma forma, o resultado nominal, que equivale à variação da dívida pública líquida, alcançou valor inferior à estimativa do anexo de metas fiscais da LDO. Assim, a LDO apresentou a estimativa de resultado nominal para o exercício de 2002 negativo de R\$ 500,3 milhões, enquanto o resultado nominal alcançado foi negativo em R\$ 1.651,2 milhões.

Neste caso, colaboraram para esta situação as estimativas da inflação muito abaixo da realidade, pois diversos contratos possuem como referência índices de inflação como o IGP-M, e a taxa cambial estimada para o exercício de 2002 de R\$ 2,54 para US\$ 1.00, muito inferior à taxa praticada durante o exercício de 2002, em virtude dos contratos mantidos em moeda estrangeira.

Em valores nominais, o resultado primário alcançado em 2002 foi MR\$ 884.881 menor que o apresentado em 2001, em virtude, principalmente do incremento na realização de despesas superior ao registrado na arrecadação de receitas. Entretanto, tal situação é resultado de deficiências na própria legislação financeira, vez que essa situação está lastreada por superávits registrados na execução orçamentária dos exercícios de 2000 e 2001, e, portanto, registrados na contabilidade como superávit financeiro apurado nos respectivos balanços conforme as definições do § 2º do Art. 43 da Lei 4.320/64 e alterações.



RESUSULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – 2001 e 2002

Especificação	Em R\$ mil	
	2001	2002
Receita Corrente	5.330.425	6.055.601
Receita de Capital	129.909	280.506
<b>Receita Total Arrecadada</b>	<b>5.460.334</b>	<b>6.336.107</b>
Despesa Corrente	4.035.185	5.443.226
Despesa de Capital	454.475	971.825
<b>Despesa Total Empenhada</b>	<b>4.489.660</b>	<b>6.415.051</b>
Resultado da Execução Orçamentária	970.674	(78.944)

O resultado nominal também sofreu redução em relação aos exercícios imediatamente anteriores pulando de MR\$ 604.368 negativos para MR\$ 1.651.223 negativos.

Já a dívida fundada bruta foi estimada pela LDO em R\$ 4.471 milhões, porém montou R\$ 7.038 milhões em 31/12/2002. Mais uma vez, a estimativa do anexo de metas fiscais foi altamente prejudicada pelo período de instabilidade econômica vivido no Brasil no ano de 2002, que afastou os parâmetros utilizados pela LDO dos valores realmente alcançados pela economia.

É importante destacar que o ano de 2002 foi um exercício atípico, além do fato da LDO ter sido elaborada ainda no primeiro quadrimestre de 2001, o que dificultou sobremaneira a construção de cenários que realmente se materializassem até o final do exercício de 2002.

A dívida consolidada líquida da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro em 2002 atingiu MR\$ 4.644.584, equivalente a 85% da receita corrente líquida. Portanto, dentro do limite estabelecido pelo artigo 3º, inciso II da Resolução nº 40 do Senado Federal, que estabelece que o montante da dívida consolidada líquida dos Municípios não poderá exceder 1,2 vezes a receita corrente líquida.

A dívida consolidada líquida apresentou acréscimo, em valores nominais, de aproximadamente 55,16% em relação a 2001. Este incremento é explicado pelo crescimento da dívida consolidada bruta que não foi acompanhado de crescimento do ativo financeiro, que se manteve no mesmo patamar do exercício anterior.

Mais uma vez, os principais responsáveis pelo crescimento da dívida foram a inflação e o câmbio. Apenas a título ilustrativo, a dívida interna da administração direta da Prefeitura teve acréscimo de MR\$ 1.391.753 por atualização monetária e dívida externa da administração direta cresceu MR\$ 307.740 em virtude de variação cambial.

As operações de crédito realizadas pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro em 2002 montaram MR\$ 78.438, sendo MR\$ 46.339 oriundos de captações externas, principalmente relativas ao PROAP II – GEORIO/BID e MR\$ 32.039 de captações internas, referentes ao Contrato Av. Brasil/BNDES que representa 77% do montante e outros. O total de liberações de recursos de operações de crédito havidas em 2002 equivaleu a 1,44% da receita corrente líquida, enquanto a Resolução nº 43 do Senado Federal estabelece como limite 16% da receita corrente líquida.

Cabe destacar que não houve operações de crédito por antecipação de receita orçamentária.

Ao ser analisada a despesa realizada com juros, encargos e amortização da dívida, verifica-se que houve crescimento deste tipo de despesa, inclusive no que se refere a sua participação sobre a receita corrente líquida, conforme demonstra a tabela abaixo. No entanto, o índice de comprometimento alcançado (10,05%) é inferior ao estabelecido como teto pela Resolução nº 43 do Senado Federal, que limita em 11,5% da receita corrente líquida o comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada.

#### EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM AMORTIZAÇÃO, JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

Especificação	Em R\$ mil		
	2000	2001	2002
<b>Despesas c/ Serviços da Dívida - DSD</b>	<b>368.158</b>	<b>373.568</b>	<b>547.177</b>
Juros e Encargos da Dívida	292.501	250.830	382.601
Amortização da Dívida	75.657	122.738	164.576
<b>Dívida Consolidada - DC</b>	<b>4.737.103</b>	<b>5.450.756</b>	<b>7.038.189</b>
<b>Dívida Consolidada Líquida - DCL</b>	<b>3.597.729</b>	<b>2.993.361</b>	<b>4.644.584</b>
<b>Receita Corrente Líquida</b>	<b>4.182.282</b>	<b>4.939.654</b>	<b>5.445.923</b>
<b>% das DSD sobre RCL</b>	<b>8,80%</b>	<b>7,56%</b>	<b>10,05%</b>
<b>% das DC sobre a RCL</b>	<b>113,27%</b>	<b>110,35%</b>	<b>129,24%</b>
<b>% das DCL sobre a RCL</b>	<b>86,02%</b>	<b>60,60%</b>	<b>85,29%</b>

Fonte: Contadoria Geral

## DISPONIBILIDADES

Em 31/12/2002, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro possuía disponibilidades financeiras no montante de MR\$ 2.313.916, sobre as quais pesava o Passivo Financeiro da ordem de MR\$ 990.897, incluindo Restos a Pagar Não Processados, revelando uma suficiência de caixa da ordem de MR\$ 1.323.019.

Abaixo é demonstrada a composição tanto das disponibilidades quanto das obrigações financeiras no final de 2002.

### Composição da Suficiência de Caixa da Prefeitura - Dezembro / 2002

ATIVO DISPONÍVEL	Prefeitura <sup>1</sup>	Previ Rio <sup>2</sup>	Sem Previ Rio
Caixa	236	-	236
Banco C/ Movimento	47.899	1.663	46.236
Banco C/ Vinculada	15.545	-	15.545
Aplicações Financeiras	2.250.236	1.132.373	1.117.863
<b>SOMA</b>	<b>2.313.916</b>	<b>1.134.036</b>	<b>1.179.880</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.313.916</b>	<b>1.134.036</b>	<b>1.179.880</b>

OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	Prefeitura <sup>1</sup>	Previ Rio <sup>2</sup>	Sem Previ Rio
Depósitos	70.536	9.774	60.762
Restos a Pagar Processados	544.129	60.505	483.624
Restos a Pagar Não Processados	129.988	-	129.988
Outras Obrigações Financeiras	246.244	834	245.410
<b>SOMA</b>	<b>990.897</b>	<b>71.113</b>	<b>919.784</b>
<b>Suficiência de Caixa</b>	<b>1.323.019</b>	<b>1.062.923</b>	<b>260.096</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.313.916</b>	<b>1.134.036</b>	<b>1.179.880</b>

(1) Disponibilidades e obrigações de curto prazo de toda a Prefeitura, inclusive Previ Rio

Em R\$ mil

(2) Inclusive Funprevi

Nota-se que o Previ Rio, incluindo o Funprevi, é responsável por cerca de 49,01% das disponibilidades da Prefeitura e por 80,34% da suficiência de caixa.

É importante destacar que parte das despesas do regime previdenciário é custeada com recursos do Tesouro Municipal.

Comparando o valor da sobra de caixa de toda Prefeitura em dezembro 2001 com o apresentado no final de 2002, houve uma redução da suficiência de caixa da ordem de MR\$ 415.773, haja vista que em dezembro de 2001 o saldo não comprometido era de MR\$ 1.738.793, e caiu para MR\$ 1.323.020 em dezembro de 2002.

Ao apresentar mais uma prestação de contas simplificada do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro consubstanciada nas Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64, é necessário fazer uma reflexão sobre algumas situações entre as quais se destacam:

- a) Alteração da Lei 4.320/64
- b) Implementação de sistema de custos
- c) Apropriação dos gastos com inativos na educação e na saúde

### a) Alteração da Lei 4.320/64

---

Quanto à alteração da Lei 4.320/64 é imprescindível que o Poder Legislativo Federal vote o Projeto de Lei nº135/96, permitindo que os administradores públicos de todas as esferas de governo possam dar cumprimento efetivo aos dispositivos da Lei Complementar 101/2000 que trata da Responsabilidade Fiscal inclusive para não ficarem submetidos a alterações da estrutura de classificação da receita e despesa assumidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, sob o argumento de necessidade de consolidação das contas públicas nos termos do artigo 50 §2º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Tais alterações quebram o princípio básico da consistência ou manutenção de métodos de apropriação de receitas e despesas, vez que dificultam a comparabilidade das demonstrações contábeis e financeiras entre os diversos exercícios e comprometem a análise intertemporal e, por via de consequência, a transparência.

### b) Implementação de Sistema de Custos

---

A implantação do sistema de custos é imprescindível para acabar com a idéia dos gastos apenas pelo enfoque de desembolso de caixa, via execução orçamentária, passando para o enfoque econômico e de resultados, rompendo com a leitura da Lei 4.320/64 apenas até ao artigo 35, que estabelece pertencerem ao exercício as (I) receitas nele arrecadadas e (II) despesas nele legalmente empenhadas.

A implantação do sistema de custos passa pela análise atenta dos artigos 83 e 93 da Lei 4.320/64 que tratam do que podemos denominar “princípio da evidenciação” e “princípio da universalidade dos registros”, conforme a seguir:

- Princípio da evidenciação: Art. 83 – “A contabilidade evidenciará perante a Fazenda Pública a situação de todos quantos, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados”.
- Princípio da universalidade dos registros: Art. 93 – “Todas as operações de que resultem débitos e créditos de natureza financeira, não compreendidas na execução orçamentária, serão também objeto de registro, individualização e controle contábil”.

Foi a partir dessa reflexão que a Controladoria, na sua condição de órgão de controle interno, determinou a inclusão no passivo financeiro das contas a pagar que eventualmente tenham passado o dia 31 de dezembro de 2002 sem a apropriação orçamentária correspondente. Tais contas a pagar constituem o anexo X da Resolução CGM nº 428/2002, e atingem o montante de MR\$ 95.297 .

O objetivo deste procedimento é dar a conhecer não só ao Tribunal de Contas como também à Câmara dos Vereadores e à sociedade de todo o Passivo Financeiro. Neste sentido, esperamos estar atendendo aos dois princípios básicos da Lei 4.320/64 sendo que tais fatos serão relatados quando da prestação de contas de cada um dos ordenadores das despesas correspondentes.

Em consequência deste procedimento é que todos os reconhecimentos de "Despesas de Exercícios Anteriores", capitulados no art. 37 da Lei 4.320/64 devem estar relacionados no referido anexo X e os casos que em data subsequente ao Balanço surgirem e não estejam relacionados configura a existência de passivo oculto que ensejará a apuração da responsabilidade do respectivo agente público municipal por meio de Tomada de Contas que, após a certificação da Auditoria Geral será encaminhada ao Tribunal de Contas.

Ao proceder desta forma, a Controladoria Geral pretende resgatar um dos compromissos de alguns dos mais brilhantes tratadistas da Contabilidade, entre eles Jean Dimarchey com a sua Teoria Positiva de Contabilidade e Smallbach com o seu Balanço Dinâmico, pois a contabilidade utiliza como processo discursivo primordial a quantificação e consequentemente recorre à medida como suporte básico da sua vivência, seja qual a grandeza que se proponha a medir. Atualmente aceita-se, por consenso, que as grandezas principais a medir serão o lucro e o valor do patrimônio (no seu todo e nos seus componentes), as quais se tornam no tema central da contabilidade.

Em consequência, a contabilidade sempre está medindo algo: responsabilidades, obrigações, direitos, bens, etc. e bem assim, o patrimônio no seu conjunto. Mede, utilizando como unidade de medida a unidade monetária ou outras unidades que possam interessar à observação do equilíbrio patrimonial, mas sempre obtendo o atributo do valor. O valor é considerado, na Contabilidade, não como uma categoria econômica abstrata, mas sim como um atributo específico diretamente relacionado com qualquer elemento patrimonial. Uma grandeza não tem valor conhecido até que seja medida, mas é evidente que pode ter um valor definido antes de ser medida.

Sobre o assunto a Controladoria Geral do Município vem estudando formas para implantar sistema de custos e, para isso, vem buscando algumas referências teóricas, como por exemplo os estudos de Yuji Ijiri (Theory of Accounting Measurement, in Studies in Accounting Research 10 e Momentum Accounting and Triple-Entry Bookkeeping, 1989 - <http://www.gsia.cmu.edu/andrew/ijiri/Public/>) divulgada pela American Accounting Association, pois suas teses procuram identificar o estado de evolução da Contabilidade, e desde 1966 tem se preocupado com o registro de diversas unidades de medida englobando não só unidades monetárias como unidades físicas.

No arcabouço dos estudos de Ijiri vamos encontrar, certamente, os dados transformados em informações de custo e, por sua vez, quando tais estudos são aplicados à Contabilidade Governamental revelam que ainda temos muitos penosos e tortuosos caminhos a percorrer. Primeiro, porque as normas legais e regulamentares orientam os gestores públicos no sentido de utilizar preferencialmente as informações oriundas de uma execução orçamentária rica em informações financeiras, mas pobre em informações gerenciais e de custos, tratando basicamente do fluxo imediato de caixa não integrado a um fluxo decorrente da realização dos programas de governo com reflexos nas atividades fins e nas atividades meio. Segundo, porque os sistemas de planejamento, de execução e de controle implementados no setor público estão voltados para o curto prazo.

Podemos dizer que assim procedendo, a Contabilidade Pública deixa de considerar que o presente não é, senão, um ponto determinado no tempo, e o passado é uma duração do tempo que passou. Neste sentido Ijiri em seus trabalhos designa por contabilidade da riqueza (wealth accounting) e utiliza contas que representam o status financeiro de uma empresa que são as denominadas contas de estoque. Por outro lado as contas de patrimônio líquido são contas que indicam as sucessivas alterações dessa mesma riqueza e são as denominadas contas de fluxos.

A contabilidade orçamentária, como ela é apresentada na atualidade, informa apenas a demonstração da Execução Orçamentária, segundo a classificação da despesa por Órgãos e Unidades Orçamentárias, bem como a distribuição funcional programática e, ainda, por natureza de despesas. Porém, tal classificação registra apenas o fluxo financeiro que se reflete ao final do exercício nas Variações Patrimoniais. Isso equivale dizer que os sistemas de contabilidade pública preocupam-se, em demasia, com o presente (execução orçamentária) e somente trata de questões do patrimônio naquilo que correspondam a reflexos desse mesmo presente.

### c) Apropriação de Gastos com Inativos na Educação e na Saúde

O exame da execução orçamentária principalmente no que se refere aos gastos com educação e saúde revela a necessidade de uma reflexão sobre a apropriação de determinadas despesas, principalmente a partir da obrigatoriedade de implementação de um sistema de custos conforme previsto no art. 50 §3º da Lei Complementar nº 101/2000, que trata da Responsabilidade Fiscal.

O que temos observado é uma tendência da não inclusão de certos gastos sob o aspecto financeiro, mas nunca sob o aspecto econômico, de custos e da relação necessária entre os recursos aplicados e os destinatários das ações do governo. Assim, afirmar que gastos com alimentação ou transporte escolar não são incluídos na base de cálculo estaremos examinando apenas o fluxo financeiro dos recursos sem levar em conta as relações insumo-produto necessárias ao conhecimento dos custos das atividades exercidas.

Um dos princípios da aplicação dos recursos públicos é a Eficiência, que corresponde à relação entre a produção de bens e serviços e outros resultados alcançados pelo Município através de seus órgãos ou unidades gestoras, e os recursos utilizados ou produzidos para alcançá-los. Pode referir-se a totalidade da entidade, ou simplesmente a uma parte da mesma (programa, projeto ou atividade). Para a Fundação Canadense de Auditoria Integrada, eficiência é o resultado do melhor uso produtivo possível, por parte do Estado, dos bens, dos recursos humanos e do dinheiro. Em poucas palavras: “gastar bem”.

Além da eficiência, a existência de um sistema de custos deve permitir avaliar a eficácia, que corresponde a um índice de gestão governamental, ou seja, é o grau em que uma entidade pública, ou um programa, projeto, atividade ou função consegue os objetivos estabelecidos nas políticas do governo, as metas operacionais estabelecidas e outros objetivos ou efeitos previstos no planejamento. Corresponde à relação existente entre os resultados esperados (impacto previsto) e os produtos reais (impacto de bens, recursos ou outros resultados). (Para os ingleses, eficácia é “gastar sabiamente”).

Não será possível conhecer o custo de um aluno na escola ou de um leito hospitalar se por força de interpretações financeiras, embora legais, não observarmos as relações entre o produto gerado pelas ações governamentais e a totalidade dos insumos necessários para formar tal produto.

Caso idêntico pode ser observado pela regra de que os servidores inativos, mesmo os que entraram na inatividade antes das regras emanadas pela EC nº 20/98, da Lei 9.717/98 e da Lei de Responsabilidade Fiscal, cujo princípio básico estabelece que o governante deve buscar sempre o equilíbrio entre as aspirações da sociedade e os recursos que esta coloca à disposição do governo. A LRF chama a atenção para a necessidade de planejar gastos, de pautar as ações dos governantes de hoje pelas conseqüências dessas ações para gerações futuras. Não se deve obter o “bônus” da despesa no presente, transferindo o “ônus” para o exercício seguinte, para o mandato seguinte, ou até mesmo, para as gerações seguintes.

Neste sentido, o plano de custeio estabelecido pela Lei Municipal 3.344/2001 dividiu a massa de segurados do sistema previdenciário em dois grupos:

1. servidores ativos que na data em que entrou em vigor a Lei tinham direito à aposentadoria e que terá seus benefícios garantidos pelo Tesouro Municipal até a sua extinção, no valor que exceder a 22% da folha dos atuais contribuintes do sistema. Para estes o regime utilizado é o de repartição simples.
2. servidores ativos e pelos novos entrantes no sistema, com exceção do primeiro grupo e dos pensionistas. Nestes o FUNPREVI é responsável pelos benefícios de aposentadoria e pensão e o regime de financiamento é o de capitalização.

Portanto, o primeiro grupo enseja um aporte da Contribuição Patronal para o equilíbrio futuro do sistema, e estaria correto que, ao incluir na execução orçamentária do exercício a contribuição patronal como despesa de educação ou saúde, não sejam mais considerados os gastos com inativos, pois se fossem teríamos uma duplicidade de apropriações.

Entretanto, com relação aos gastos com inativos que excedam os 22% dos atuais contribuintes, podemos afirmar que, não tendo ocorrido no passado o provisionamento, significa que esses gastos no passado foram sub-avaliados pela não formação de reserva técnica, e conseqüentemente deveriam, dentro da boa técnica de custos, serem aceitos como integrantes dos gastos com educação, saúde ou qualquer outro que exija limites legais.

Se, no período de 1995 a 2001, o Tesouro tivesse recolhido a Contribuição Patronal, os cálculos estimados mostram que teria desembolsado o valor de R\$ 1,8 bilhões nesse período com relação ao universo de servidores da administração direta.

Deste valor de R\$ 1,8 bilhões, verifica-se que R\$ 0,8 bilhões corresponderiam a contribuição patronal referente à Secretaria Municipal de Educação significando que as despesas desta Secretaria não incluíram nos respectivos exercícios tal valor sob o argumento que representariam gastos do Tesouro quando da aposentadoria dos servidores em face do regime de repartição simples.

Ao apresentar estas reflexões estamos procurando atender a uma regra fundamental que deve ser seguida pelos órgãos de controle, principalmente pelos auditores, de que mais importante do que a aderência a princípios de contabilidade geralmente aceitos, deve ser a ampla evidenciação dos fatos contábeis e sua justa apresentação. Neste sentido, se os princípios não produzirem esse grau de transparência, os responsáveis pelo controle não devem se esconder atrás dos mesmos, mas ir além deles, oferecendo tanta informação quanto for necessário à ampla evidenciação.

Prefeito

Cesar Maia

Vice-Prefeito

Marco Antonio de Moura Vales

Controlador Geral

Lino Martins da Silva

Subcontrolador

Vinícius Costa Rocha Viana

Contadora Geral

Fátima Rosane Machado Barros

Auditores Gerais

Marcia Andrea Peres Suzano Teixeira da Silva

Coordenadora Geral de Normas e Informações Gerenciais

Tanize Maria Lunes Pimentel Richa Ribeiro

Coordenadora das Gerências Setoriais

Rosângela de Fátima Dias dos Santos

Coordenador de Informática

Adilson Mello de Figueiredo

Diretora de Administração

Vanda Tereza Pastro

Coordenador de Recursos Humanos

Jorge Rodrigues de Carvalho

Assessora Chefe de Comunicação

Sonia Virgínia Moreira



## Produção Editorial

---

Assessoria de Comunicação Social / CGM

Supervisão Editorial

Sonia Virgínia Moreira

Projeto gráfico

Inez Torres

Apoio Técnico

Renato Stavale

## Coordenadoria Geral de Normas e Informações Gerenciais

---

### Coordenadoria de Estudos e Análise de Informações Gerenciais

**Coordenador: Marcos Mizurine**

Gustavo Fontoura Cretton

Israel Pinto Borges

Jacqueline Ferreira Dutra

José Luiz Ribeiro de Brito

Marcelo Cardoso Paes de Loureiro

Raquel de Souza

### Coordenadoria de Normatização, Orientação e Integração Organizacional

**Coordenador: Mônica Nascimento Magalhães**

Adriana de Oliveira Silva

Ana Amélia de Almeida Magalhães

Carlos Eduardo Galvão Bandeira

Enes Fernandes Tunala

Etelvina Maria Cortes

Gilmar Cordeiro da Costa

José Roberto Freixo Ribeiro

Luís Antonio de Loyola Reis

Luiz Francisco Barata Meireles

Marcelo Costa Coqueijo

Mário Renno da Silva

Michel Benjamin Lutfi Filho

Miguel Ângelo Campos Teixeira

Paula Tavares Alves

Richard Pruss

Roberta Backer Gomes de Miranda

Sérgio Murta Ribeiro

Sula Franca Floret

Tossi Kassae

## Coordenadoria de Estudos e Análise de Custos

**Coordenador: Geraldo de Abreu Júnior**

Adilson de Souza Soares

Angélica de Almeida Fonseca

Christiano Lacerda Ghuerren

Jeane de Souza Coutinho

Haroldo Figueiredo

Isabela Reboucas Chaves

Wagner de Castro Carvalho Rosa

## Contadoria Geral

---

Adilson Paulino da Silva

Adriana Cristina Camões Brandão

Alex Messias Dantas

Alexandre Torres da Cunha

Aline Ferreira da Silva Teixeira

Amanda Sheila Ferreria Fontoura

Andréa Yumi Iço

Angela de Arezzo Meireles

Arcelio Dutra de Brito

Aurélia de Jesus

Carlos Maurício Borup Bakker

César Maurício Gomes Soares

Claudia Regina Faig T. Moura

Cláudio Dias

Clivaldo Guimarães Paes

Dager Salles Amaral

Elizabeth Coó Moledo

Elsa Moreira da Silva

Flávio Vital de Oliveira Vasco

Francisco Raimundo S. Tavares

Gabriela Mendonça de Oliveira

Ivanilde dos Santos

Janete Prudente Gomide

José Augusto Vieira Campos

José Paulo de Menezes Júnior

Laerce Constancia de Carvalho

Leonardo Soares Bensabat

Márcia Francisconi dos Santos

Márcia Maria Alves Pinheiro

Marcio Martins Loureiro

Maria das Graças Maia Cordeiro

Maria de Fátima Gouveia

Nádia Assunção Fernandes Neves

Nádia da Silva de Oliveira

Nilcéa Regina Leal

Nilo Barreto Gomes Filho

Paulo da Silva Andrade

Paulo Silva de Menezes

Rafael Cabral Ribeiro

Regina da Cruz Ribeiro

Rita de Cássia Pinheiro de Santilhana

Roberto Miguel Pereira

Rosângela Pereira Ramos

Sebastião Machado de Carvalho

Sidney de Oliveira

Vanessa da Silva Quito Antunes

Vânia Ribeiro Pellizzaro

Vânia Rodrigues de Souza

Vera Lúcia de Vasconcellos Costa Mattos

Walter Luiz Dias Leal

Wanise de Melo Pinheiro

## Gerências Setoriais de Contabilidade e Auditoria

---

### **Coordenadora: Rosângela de Fátima Dias dos Santos Silva**

Aderaldo de Castro Lira Filho – SMA / SETUR / SEPDA

Afonso Celso Gonçalves Frederick – SMO

Carlos Alberto Correia da Silva – SMH

Cláudia Figueiredo G. T. de Medeiros – SMF / SEDECT

Clementina da Cunha Carvalho – SMC / CGM

Jorge Willian Ponzo Mathias - CCA

Josias de Souza Gomes – SMS

Márcia Cristina Dias Rodrigues Braga – SMDS / SETI

Marco Antônio Ferreira – SMG / GBP / SEPE / SEAE

Ralph Tinoco Braga - CCA

Regina do Carmo Cardoso Aguiar – SMTb / PGM

Rosane Aparecida Lima – SMTr / SMEL / SEPDO

Rosane Affonso – SME

Silvânia Conceição de Frias – SMU / SMAC

## Gerências de Contabilidade do Poder Legislativo

---

Luís Carlos de Souza Moreira Filho – CMRJ

Sandra Maria de S. Azevedo – TCMRJ

## Equipe IplanRio do Sistema Fincon

---

Jorge Olintho de Souza Lopes

José Roberto de Souza Almeida

Luiz Carlos Miranda Martins

Paulo Roberto Monteiro Chaves

